

5.2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS CONSTANTES DA LDO PARA 2009

5.2.1. Aspectos Gerais

O Plano Plurianual 2008/2011 tem, em seu nível estratégico, a definição de 57 metas prioritárias que expressam parcela substantiva dos esforços governamentais para a consolidação de um modelo de crescimento sustentável com inclusão social e educação de qualidade.

O andamento dessas metas, destacando as possibilidades de alcance dos valores previstos ao fim do período de vigência do Plano, é contemplado, anualmente, no Relatório de Avaliação do Plano, nos termos do art. 19 da Lei nº 11.653, de 2008.

No exercício de 2009 houve o envio ao Congresso Nacional do referido Relatório, constituindo-se em um elemento de consolidação de informações sobre as prioridades do Governo Federal, uma vez que contempla no volume denominado "Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA 2008/2011" uma análise do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e enfrentamento a desigualdades ainda existentes na sociedade brasileira como forma de contribuir para a consolidação da prática da avaliação de políticas públicas, centrando, sobretudo, em sua eficácia e efetividade, medidas em função das vulnerabilidades e déficits que procuram atacar e das potencialidades que ajudam a efetivar.

Neste sentido, tem-se a pretensão de orientar a atuação do Governo Federal rumo à efetivação de um desenvolvimento sustentável e em bases inclusivas, preconizado no PPA 2008/2011, com uma interpretação geral de que tal avaliação traz consigo um elevado grau de complexidade e incerteza em função dos fatores que

condicionam a execução das políticas públicas ou promovem inflexões nos cenários.

De modo geral, os dados atuais mostram um país no rumo certo, por vezes com uma velocidade maior do que a esperada, por outras, em ritmo menos intenso em função de um conjunto de restrições à implementação das políticas públicas.

Assim, pode-se inferir que uma visão de futuro que oriente a atuação governamental na direção de transformações essenciais para o Brasil em diversas áreas está calcada na definição de prioridades como elemento capaz de direcionar e corrigir os rumos no desenvolvimento dos planos e estabelecer insumos relevantes para a gestão dos recursos públicos.

As ações prioritárias do Governo Federal, no âmbito da análise dos orçamentos fiscal e da segurança, estão contempladas no Anexo I – Prioridades e Metas da Lei nº 11.768/2008, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências.

A consolidação da execução das ações prioritárias foi realizada a partir da identificação das ações contempladas no Anexo I da Lei nº 11.768 de 2008 – LDO 2009 e da execução física e financeira das ações correspondentes na base de dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual – SIGPlan do Governo Federal (www.sigplan.gov.br), que incorpora as informações da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, a qual estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009, LOA para 2009.

Inicialmente, a verificação foi realizada com a identificação das ações constantes do Anexo I da LDO para 2009 com a programação definida no Plano Plurianual 2008/2011, ano de 2009, consolidando as ações com registros na base de dados do SIGPlan e excluindo algumas situações como as referentes exclusivamente a restos a pagar (RAP 2008).

Desta forma, apurou-se a quantidade de ações prioritárias com execução no exercício financeiro de 2009.

5.2.2. Análise Setorial

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

CÓD.	AÇÕES PRIORITÁRIAS	ITEM DE INFORMAÇÃO				VALORES EM R\$	
		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	RP NÃO PROCESSADOS INSCRIÇÃO	VALORES PAGOS	%
10YM	IMPLANTACAO DA ESTRUTURA FÍSICA E LABORATORIAL PARA PESQUISA EM AGROENERGIA	3.600.000,00	3.600.000,00	1.421.977,16	2.178.022,84	1.421.977,16	100,00
2130	FORMACAO DE ESTOQUES PUBLICOS - PGPM	3.300.000.000,00	2.876.664.929,48	2.686.676.143,20	189.988.786,28	2.496.925.380,47	87,17
2D36	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DA AGROENERGIA	26.336.000,00	26.310.960,64	20.378.846,31	5.932.114,33	20.279.591,49	99,90
4672	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SISTEMAS INOVADORES DE PRODUCAO PARA O AGRONEGOCIO	11.856.675,00	11.318.804,21	9.497.132,31	1.821.671,90	9.327.827,16	95,46
4682	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA DIFERENCIACAO E AGREGACAO DE VALOR A PRODUCAO EXTRATIVISTA, AGROPECUARIA E AGROINDUSTRIAL DE PEQUENA ESCALA	5.641.637,00	5.565.613,00	3.844.761,18	1.720.851,82	3.705.772,13	98,65
4686	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE DE COMUNIDADES	4.364.515,00	4.234.144,02	3.622.473,58	611.670,44	3.311.409,49	97,01
4842	ERRADICACAO DA FEBRE AFTOSA	55.020.255,00	44.109.788,74	40.079.063,51	4.030.725,23	39.137.759,27	80,17
5920	ZONEAMENTO AGRICOLA	12.200.000,00	12.199.563,10	12.199.563,10	0,00	12.199.563,10	100,00
7H17	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO	624.586.698,00	499.951.514,33	889.957,18	499.061.557,15	813.393,99	80,05
8572	PREVENCAO, CONTROLE E ERRADICACAO DE PRAGAS DOS VEGETAIS	24.200.000,00	19.906.660,39	17.288.694,09	2.617.966,30	16.731.793,87	82,26
8611	APOIO AO PEQUENO E MEDIO PRODUTOR AGROPECUARIO	75.307.704,00	57.117.030,53	8.997.430,71	48.119.599,82	8.706.297,14	75,84
8658	PREVENCAO, CONTROLE E ERRADICACAO DE DOENCAS DOS ANIMAIS	70.654.000,00	41.045.645,89	22.427.935,79	18.617.710,10	22.059.281,71	58,09
TOTAL:		4.213.767.484,00	3.602.024.654,33	2.827.323.978,12	774.700.676,21	2.634.620.046,98	85,48

A média de execução das ações não prioritárias foi de 82,63%. O demonstrativo da execução das ações não prioritárias encontra-se nas informações adicionais. As ações prioritárias 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário e 7H17 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário são destinadas a apoiar projetos de infra-estrutura agropecuária executados mediante celebração de convênios ou contratos de repasse com os diversos entes federados, ou ainda com entidades privadas sem fins lucrativos, caso se trate de convênio.

Ocorre que na execução do OGU 2009 foram encontradas dificuldades de ordem técnica e operacional na celebração de contratos de repasse em função da necessidade de utilização do Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, principalmente no que tange à participação da Caixa Econômica Federal – CAIXA na condição de mandatária da União na operacionalização de programas do Governo Federal.

Mediante a realização de uma série de reuniões por parte da Secretaria de Relações Institucionais – SRI/PR, algumas com a participação de representante do Comitê Gestor do SICONV, viabilizou-se a adequação de muitas funcionalidades do Sistema. Entretanto, tais dificuldades repercutiram negativamente na realização de empenhos e consequentemente na celebração dos contratos de repasse, sendo, portanto, a causa do baixo desempenho das ações relacionadas.

Dos recursos disponibilizados e descentralizados à CAIXA nas ações 7H17 e 8611, mais de R\$ 66 milhões deixaram de ser formalizados, dos quais cerca de R\$ 27 milhões não foram empenhados. Dos recursos empenhados, cerca de 39 milhões não puderam ser contratados, a maioria por falta de vinculação do empenho à proposta no SICONV. Esses valores nos foram informados pela CAIXA na data de 01.03.2010 e ainda não foi possível analisar os valores correspondentes a cada uma das ações.

Ministério da Ciência e Tecnologia

As ações inseridas no anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2009 apresentaram execução média de 95,6% de recursos empenhados considerando as 31 ações com orçamento na LOA 2009, conforme Anexo I. As outras 7 ações discriminadas na LDO foram alocadas por emenda ao PPA e selecionadas como prioritárias no âmbito do Congresso Nacional, no entanto, não foram orçadas na LOA 2009.

TÍTULO	LEI + CRÉDITOS (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO	PAGO	%
					B/A
CONCESSÃO DE BOLSAS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PESQUISADORES E PROFISSIONAIS PARA C.T&I	436.630.884	432.836.767	423.725.257	423.381.586	99,1%
CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	95.241.080	95.241.080	92.854.903	92.794.903	100,0%
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA O ESTUDO DA BIODIVERSIDADE, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE DOS ECOSISTEMAS AMAZÔNICOS FRENTE ÀS MUDANÇAS GLOBAIS	10.000.000	10.000.000	5.513.545	5.494.041	100,0%
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEMI-ÁRIDO - INSA - NA REGIÃO NORDESTE	1.373.000	1.070.304	649.043	583.462	78,0%
DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS SOBRE OS ECOSISTEMAS AMAZÔNICOS NO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA - INPA - NA REGIÃO NORTE	4.375.218	4.374.189	2.651.331	2.651.331	100,0%
FOMENTO À PESQUISA FUNDAMENTAL	48.845.000	48.845.000	44.220.712	43.047.903	100,0%
APOIO A REDES E LABORATÓRIOS DE PESQUISA EM FÍSICA DE ALTAS ENERGIAS	700.000	700.000	470.116	461.777	100,0%
DESENVOLVIMENTO DO SATELITE DE SENSORIAMENTO REMOTO COM IMAGEADOR RADAR - MAPSAR	7.000.000	6.999.937	6.991.877	6.991.877	100,0%
DESENVOLVIMENTO DO SATELITE AMAZÔNIA-1	30.800.000	30.799.923	28.936.607	28.931.584	100,0%
DESENVOLVIMENTO DO SATELITE SINO-BRASILEIRO - PROJETO CBERS-3	56.998.839	56.992.553	51.701.036	51.689.972	100,0%
IMPLANTAÇÃO DO CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA - CEA - NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA - MA	100.000.000	92.681.934	6.051.878	6.027.257	92,7%
REALIZAÇÃO DE OLIMPÍADAS EM CIÊNCIAS	12.330.000	12.330.000	12.330.000	12.330.000	100,0%
APOIO À PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL - NACIONAL	4.755.813	3.435.094	1.796.665	1.775.849	72,2%
APOIO À IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS - NACIONAL	10.500.000	9.513.986	3.781.355	3.581.355	90,6%
FOMENTO À PESQUISA NA ANTÁRTIDA	15.960.016	15.960.016	7.388.618	5.335.757	100,0%
MONITORAMENTO DE QUEIMADAS E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS	1.200.000	1.199.463	1.082.900	1.082.900	100,0%
FOMENTO À ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL - NACIONAL	25.875.000	23.168.494	5.545.337	5.325.556	89,5%
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO DE RÁDIOISÓTOPOS - NA REGIÃO NORDESTE	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	100,0%
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO DE RÁDIOISÓTOPOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	3.000.000	3.000.000	370.621	370.623	100,0%
IMPLANTAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DO PANTANAL - NA REGIÃO CENTRO-OESTE	2.500.000	2.500.000	200.000	200.000	100,0%
DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS SOBRE OS ECOSISTEMAS DO PANTANAL - NA REGIÃO CENTRO-OESTE	694.494	683.105	683.105	683.105	98,4%
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM ENERGIAS DO FUTURO	1.236.218	840.686	598.716	596.332	68,0%
FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DO AGRONEGÓCIO - CT-AGRONEGÓCIO	84.062.228	68.250.337	51.135.553	42.573.937	81,2%
FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR AERONÁUTICO - CT-AERONÁUTICO	34.010.654	33.827.018	16.457.184	9.169.073	99,5%
APOIO À PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA - NACIONAL	1.007.534	1.000.000	818.231	687.198	99,3%
FOMENTO A INCUBADORAS DE EMPRESAS E PARQUES TECNOLÓGICOS - NACIONAL	1.000.000	1.000.000	0,0	0,0	100,0%
IMPLANTAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO ETANOL - CNTE	1.800.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	100,0%
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM BIOCOMBUSTÍVEIS	2.500.000	1.849.956	591.119	591.119	74,0%
INFRA-ESTRUTURA PARA O SISTEMA CIENTÍFICO BRASILEIRO DE PREVISÃO DO CLIMA ESPACIAL	7.400.000	7.399.750	2.294.778	2.294.778	100,0%
MONITORAMENTO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA POR SATELITES - NA REGIÃO NORTE	2.850.000	2.847.650	2.069.210	2.069.210	99,9%
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E OPERAÇÕES EM PREVISÃO DE TEMPO E ESTUDOS CLIMÁTICOS (CPTEC)	12.300.608	12.197.360	10.206.631	10.206.631	99,2%

Apenas quatro ações apresentaram execução financeira abaixo da média das ações não prioritárias de 88,74%, a saber: a) ação do INSA 2C66 - Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Nacional do Semi-Árido: estava prevista a contratação de empresas para realização de atividades de apoio à pesquisa na Estação Experimental. No entanto, não houve nenhuma empresa interessada, o que ocasionou a interrupção do processo de licitação; b) ação do FNDCT 4043 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio - CT-Agronegócio: em função de atrasos na implementação das ações previstas para 2009, foram empenhados apenas os projetos/convênios com

compromissos firmes na realização de despesas; c) ações da SETEC 8971 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis e 2B41- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro: as instituições proponentes não conseguiram executar totalmente o cronograma de execução financeira proposto nos Termos de Cooperação ou Convênios e devolveram os recursos não investidos. Além disso, no caso da ação 2B41, alguns projetos previstos para serem apoiados, ou não apresentaram propostas adequadas, ou perderam o prazo de apresentação. No cálculo da média de empenho das ações não prioritárias, foi considerada a ação Reserva de Contingência.

Ministério da Cultura

A Lei nº 11.768 de 14/08/08 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2009) relacionou, em seu Anexo I, as prioridades e metas da Administração Federal vinculando-as a cada objetivo do Governo. No caso específico do Sistema MinC, as ações consideradas prioritárias pela referida Lei estão todas inseridas no “Objetivo de Governo 3 – Propiciar o Acesso da População Brasileira à Educação e ao Conhecimento com Equidade, Qualidade e Valorização da Diversidade”. O texto a seguir apresenta informações sobre a execução física, orçamentária e financeira de cada uma dessas ações.

É importante ressaltar que o percentual de execução orçamentária do Sistema MinC como um todo, calculado na razão do montante de valores empenhados sobre o limite global de empenho autorizado pelo Decreto nº 6.752, de 28/01/09, e alterações posteriores, foi de 99,0%. Nesse cenário, a média da execução tanto para as ações prioritárias quanto para as demais é de 98,9%.

Dentre as ações estabelecidas como prioritárias pela LDO 2009 ressalta-se a execução das ações Instalação de Bibliotecas Públicas (1521) e Modernização de Bibliotecas Públicas (7367), ambas integrantes do Programa Livro Aberto (0168), que tem como objetivo formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura, facilitando o acesso a bibliotecas, mantendo o controle bibliográfico nacional, e propiciando a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário.

Com relação à ação de instalação de bibliotecas, em 2009 foram adquiridos 450 kits de bibliotecas compostos de 2.000 títulos selecionados por especialistas, mobiliário, equipamentos de informática e de fruição de som e imagem no local. Os 450 kits serão instalados nos municípios que ainda não possuem este equipamento, no sentido de debelar o número de municípios brasileiros que ainda não possuem bibliotecas públicas. Ainda no referido período, foram desenvolvidas iniciativas que viabilizariam a construção de 9 bibliotecas de pequeno porte em parceria com os governos locais nos municípios de Manaus, Recife, Belém, Fortaleza e Goiânia.

Esta ação era responsável pela consecução da meta de 242 bibliotecas instaladas, entretanto, obteve-se durante o ano de 2009 a execução de cerca de 186% da meta física programada. Esse percentual maior que a meta fixada na LOA 2009 (posição Lei + Crédito) foi obtido mediante alocação adicional de recursos do programa e teve como finalidade atender à política do Governo Federal no sentido de “zerar” o número de municípios brasileiros sem biblioteca pública. De um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R\$ 20,2 milhões, a ação teve um limite para empenho de R\$ 18,1 milhões, dos quais foram empenhados 100%, mas liquidados e pagos apenas 0,8% devido ao tempo necessário para conclusão do processo de entrega dos kits e instalação das bibliotecas nos municípios.

Em relação à modernização de bibliotecas, o nível de empenhos em relação ao limite da despesa foi de 100,0% e a meta física atingida foi de 151% da meta prevista. Das iniciativas concluídas, cabe salientar a aquisição de 100 kits com 1.000 títulos, além de mobiliário e a modernização de seis bibliotecas de referência, com foco nas bibliotecas públicas estaduais para atender municípios com até 20 mil habitantes, selecionados por Edital, além do conveniamento com Estados e Municípios para a modernização de cerca de 660 bibliotecas.

Outros investimentos foram realizados para a modernização das bibliotecas Estaduais da Bahia e do Ceará e para construção da primeira “biblioteca parque” do Brasil em Manguinhos, no Rio de Janeiro - RJ, além da abertura de uma “biblioteca temática” da Amazônia, partindo do acervo do poeta Thiago de Mello. As iniciativas realizadas por intermédio dessa ação foram beneficiadas com recursos orçamentários de R\$ 52,4 milhões, contando com autorização de limite para empenho de R\$ 39,0 milhões, dos quais 100% foram empenhados e em torno de 15,7% liquidados e pagos.

A ação Apoio à Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura (8886), inserida no Programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania (1141), tem como finalidade promover, ampliar e garantir o acesso da sociedade aos meios de fruição, produção e difusão cultural, especialmente das populações, comunidades ou segmentos excluídos em decorrência de aspectos econômicos, sociais ou culturais. Os Pontos de Cultura têm uma base antropológica que sintetiza traços culturais de territórios e comunidades, numa construção “de baixo para cima” em termos sociais com o poder público buscando a compreensão e difusão dos saberes e fazeres locais e aportando recursos de apoio ao desenvolvimento da cultura em comunidades com identidade própria.

Desde o início do programa na atual gestão, o Governo Federal contribuiu para o apoio e o funcionamento de 2.517 Pontos de Cultura localizados em todo o território nacional. Quanto aos Pontos de Cultura localizados no exterior, cabe informar que atualmente existem dois Pontos de Cultura localizados nos Estados Unidos, sendo um em Miami, na Flórida, e outro em San Francisco, Califórnia.

Como esta ação previa a consecução do apoio a 2.319 Pontos de Cultura, obteve-se durante o ano de 2009 resultados que contribuíram para a execução de 108,6% da meta física acumulada prevista. O percentual alcançado é resultado da adoção, desde 2008, de uma nova sistemática de execução com vistas a intensificar e descentralizar a implantação de Pontos de Cultura.

Essa sistemática consiste na substituição gradual dos convênios realizados com entidades da sociedade civil e alguns governos municipais por convênios diretos com os Estados e alguns municípios da Federação visando a formação de Redes Estaduais e Municipais de Pontos de Cultura (municípios acima de 200 mil habitantes). Em 2009, para a referida ação foram autorizados recursos orçamentários da ordem de R\$ 118,1 milhões e limite de

empenho de R\$ 99,8 milhões, dos quais foram empenhados 99,5%, liquidados 26,3% e pagos 23,8%.

A ação Instalação de Espaços Culturais (1611), integrante do programa Engenho das Artes (1142), trata da construção, recuperação ou ampliação de espaços, tanto nas periferias quanto nos centros urbanos para fruição, produção, difusão, diálogo e convivência cultural das comunidades em que estão instalados ou venham a se instalar, e de estímulo à interação das linguagens artísticas em um mesmo ambiente.

Para a execução de todas as iniciativas compreendidas no âmbito dessa ação, foram autorizados recursos orçamentários da ordem de R\$ 81,0 milhões e limite de empenho de cerca de R\$ 52,0 milhões, dos quais foram empenhados 96,5%, liquidados e pagos 10,2%. Dentre as iniciativas desenvolvidas por meio dessa ação, vale ressaltar a instalação dos "Espaços Mais Cultura", pensados como equipamentos multiuso e flexíveis, com projetos arquitetônicos modulares, para que se adaptem às necessidades de cada local e possam comportar cine-teatro, biblioteca, salas para cursos e oficinas, mini-estúdios para edição de imagem e som, telecentros para acesso, formação e produção em cultura digital, saguão para exposições, etc. Eles são instalados em locais que atendam a populações de baixa renda, ou populações que tenham pouco ou nenhum acesso a meios de fruição, produção ou difusão cultural, como muitas no interior do país, e a programação e gestão desses espaços resultam de uma parceria entre poder público e comunidade local.

Dentro de uma concepção integrada de políticas de infra-estrutura e inclusão social, o Sistema MinC está selecionando projetos para a construção de "Espaços Mais Cultura" em áreas de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Em 2009, foram selecionados projetos em 16 cidades (15 capitais e uma cidade do interior): Recife, Natal, São Luís, Curitiba, Florianópolis, Brasília, Campo Grande, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Fortaleza, Teresina, Palmas, Salvador, Maceió e Santos. Esta iniciativa é desenvolvida em parceria com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal.

Ainda no que tange às ações prioritárias, é importante destacar a execução das ações Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural (2521), Preservação de Acervos Culturais (2630), Preservação de Bens Culturais de Natureza Material (2636) e Preservação de Acervos Históricos, Administrativos e Artísticos (4013), todas integrantes do Programa Brasil Patrimônio Cultural (0167).

A Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural (2521) tem o intuito de proporcionar a preservação desse tipo de bens no âmbito das Forças Armadas e, por isso mesmo, está sob a responsabilidade dos Comandos do Exército e da Marinha, bem como da gestão do Fundo Aeronáutico. A meta física atingida até outubro de 2009 foi de seis bens preservados, representando 40% da meta prevista. E, de um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R\$ 1,1

milhão, foram empenhados e liquidados 68,4% e pagos 65,7%.

A Preservação de Acervos Culturais (2630) tem a finalidade de preservar bens móveis e integrados do Patrimônio Cultural por meio de ações de conservação preventiva, restauração e promoção, visando sua integridade, permanência e divulgação. No decorrer de 2009, esta ação foi responsável por iniciativas importantes como, por exemplo, a digitalização de acervo em domínio público e sua disponibilização para acesso, pela Internet, no Web Portal da Fundação Biblioteca Nacional - FBN. Atualmente, a Biblioteca Nacional Digital, uma inovação da FBN, disponibiliza em rede 23.000 itens, entre imagens, textos e músicas, totalizando mais de um milhão e cem mil imagens, das quais 9.300 arquivos sonoros com 5 terabytes de arquivos digitais armazenados, onde ocorrem mais de 140.000 acessos ao mês pela Internet.

Ainda nessa ação, vale mencionar a realização do Inventário da Biblioteca São Clemente, localizada no Rio de Janeiro e que contém cerca de 100 mil volumes. O referido trabalho, iniciado em 2008, teve seu escopo aumentado com a inclusão de periódicos. Também foram iniciados trabalhos para a realização de inventário na Biblioteca Infanto-Juvenil Maria Mazzetti.

Como essa ação previa a consecução da meta de preservação de 359.182 acervos, atingiu-se, durante o ano de 2009, um nível de execução física correspondente a cerca de 168,4% da meta original. Importante ressaltar que a meta física ultrapassou o valor estimado porque, além dos recursos provenientes da LOA 2009, a ação contou com recursos provenientes de parcerias firmadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a organização Itaú Cultural e a Fundação Nacional das Artes, dentre outras. De um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R\$ 2,77 milhões, a ação teve um limite para empenho em torno de R\$ 2,6 milhões, dos quais foram empenhados 100%, liquidados e pagos cerca de 31,0%.

A ação Preservação de Bens Culturais de Natureza Material (2636), que concentrou o maior montante de recursos dentro do Programa Brasil Patrimônio Cultural em 2009, se fez presente nas 27 Unidades da Federação - UFs, preservando 526 bens, ou seja, uma meta superior à prevista em 207%.

A meta atingida foi superior à fixada em função, principalmente, da contratação de banco de projetos e da preservação de diversos bens móveis. Tudo isso implicou a redução do custo inicialmente previsto. Com relação aos recursos utilizados nessa ação, de uma dotação autorizada de R\$ 27,3 milhões e limite para empenho de cerca R\$ 23,8 milhões, empenhou-se 98,2% e liquidou-se e pagou-se em torno de 21%.

Dentre as realizações do período, destacam-se nessa ação: restauração do Casarão do Chá em Mogi das Cruzes - (SP), obras de conservação e restauração do Sítio Roberto Burle Marx - Rio de Janeiro (RJ),

restauração da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens – Coqueiro Seco (AL), gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - Teresina (PI), pesquisa de arte rupestre na Chapada Diamantina – Lençóis (BA), serviço Emergencial Sobrado Ver-o-Peso - Belém (PA), restauração de Bens Imóveis e Tombados – Antonio Prado, Santo Amaro e Porto Alegre, Curitiba (RS e PR), banco de projetos para restauração de propriedades rurais dos Roteiros Nacionais de Imigração - Florianópolis (SC), restauração do Centro Cultural de Arraia - Arraia (TO), restauração das Igrejas Santana – Chapada dos Guimarães (MT) e Boa Morte - Cuiabá (MT), e restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo – Pirenópolis (GO).

A ação Preservação de Acervos Históricos, Administrativos e Artísticos (4013), também integrante do Programa Brasil Patrimônio Cultural, tem o intuito de organizar e preservar o patrimônio histórico, administrativo e artístico nacional, visando integrar subsídios que contribuam para a preservação da memória brasileira, especialmente a do Norte e Nordeste, possibilitando o acesso virtual ou informal à escolaridade e ao conhecimento de todos.

A execução das iniciativas dessa ação conta com a parceria das Universidades Federais de Pernambuco e de Santa Catarina, bem como da Fundação Joaquim Nabuco, sendo todos órgãos vinculados ao Ministério da Educação.

Em 2009 esta ação atingiu a meta física de 730.663 acervos preservados e, de um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R\$ 1,5 milhão, foram empenhados, liquidados e pagos 15,7 %. Como a execução física das iniciativas se baseia em licitações de obras de restauro do patrimônio cultural, os tempos de maturação dos projetos geralmente extrapolam o ano fiscal da dotação orçamentária.

A ação Fomento a Projetos na Área Museológica (2838), do Programa Museu Memória e Cidadania (0171), tem como finalidade promover ações voltadas para preservação, conservação, aquisição e difusão de acervos culturais museológicos, assim como de democratização e acesso a bens culturais, publicações na área museológica, pesquisas, atividades educativas e de comunicação com o público.

Essa ação viabilizou iniciativas que estabelecem políticas de financiamento e fomento a museus, como é o caso dos Editais de Modernização de Museus e Mais Museus e o Prêmio Mário Pedrosa, as quais possibilitam a implantação de novos museus, em especial nas pequenas localidades, bem como a modernização e adequação do funcionamento de museus já implantados. Como resultados, nessa ação houve apoio a 14 projetos em 2009, representando cerca de 13% da meta física prevista.

De um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R\$ 12,9 milhões, a ação de museus teve um limite para empenho de R\$ 10,0 milhões, dos quais foram empenhados 97,5%, liquidados 34,0% e pagos cerca de 33,0%.

Finalizando, no que se refere às atividades desenvolvidas na ação Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (5538), que concentra o maior montante de recursos no Programa Monumenta (0813), destaca-se a finalização de 21 obras em 13 sítios: Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Diamantina (MG), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Natividade (TO), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP) e Serro (MG).

Dentre as obras finalizadas no período em referência, destacam-se: Quarteirão Leite Alves, em Cachoeira (BA); Quarteirão dos Trapiches, em Laranjeiras (SE); Reurbanização de Praças, em Natividade (TO); Estacionamento e Revitalização do Fortim, em Olinda (PE); Urbanização do Centro Histórico, em São Francisco do Sul (SC); e Edifício Ramos de Azevedo, em São Paulo (SP). De um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R\$ 31,0 milhões, a ação teve um limite para empenho em torno de R\$ 27,0 milhões, dos quais foram empenhados 100%, liquidados e pagos cerca de 6%. Esse fato decorreu em virtude da elaboração dos termos aditivos aos convênios e atrasos nas licitações para a contratação de obras de responsabilidade das unidades conveniadas. Soma-se a isso o fato de alguns municípios ficarem impedidos de receber repasses de recursos em razão de inadimplência junto ao Governo Federal.

Ministério da Defesa

Relativamente à execução financeira das ações orçamentárias constantes no Anexo de Ações e Metas Prioritárias da LDO, deve-se levar em consideração que o contingenciamento imposto pelas autoridades econômicas provocou a baixa capacidade de realização das metas previstas por essas ações. A média de contingenciamento atingiu cerca de 10% (dez por cento), conforme o demonstrativo a seguir:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA - AÇÕES PRIORITÁRIAS

Em R\$ mil

PROJETO/ATIVIDADE	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	VALORES EMPENHADOS (B)	VALORES LIQUIDADOS (C)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (D)	VALORES PAGOS (E)	% (B/A)
11U9 - IMPLANTACAO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	2.684,0	2.411,0	1.459,3	951,7	1.459,3	89,8
1209 - CONSTRUCAO DE EMBARCACOES PARA CONTROLE E SEGURANCA DANAVEGACAO FLUVIAL NA REGIAO DO CALHA NORTE	7.200,0	4.319,5	3.840,1	479,4	3.819,7	60,0
1211 - IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS DA REGIAO DO CALHA NORTE	170.020,0	129.834,1	0,0	129.834,1	0,0	76,4
1213 - IMPLANTACAO DE UNIDADES MILITARES NA REGIAO DO CALHA NORTE	41.500,0	27.826,4	15.791,6	12.034,8	15.374,7	67,1
1421 - CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR	156.616,0	155.545,0	115.561,2	39.983,7	114.038,1	99,3
2345 - MISSAO ANTARTICA	10.911,0	5.875,4	4.844,8	1.030,6	4.671,2	53,8
2439 - APOIO AEREO NA REGIAO DO CALHA NORTE	4.000,0	2.140,1	1.408,5	731,6	1.408,0	53,5
2441 - MANUTENCAO DE AERODROMOS NA REGIAO DO CALHA NORTE	2.400,0	1.439,2	1.124,2	315,1	1.124,2	60,0
2442 - CONSERVACAO DE RODOVIAS NA REGIAO DO CALHA NORTE	2.000,0	1.200,0	597,3	602,7	597,3	60,0
2443 - MANUTENCAO DE PEQUENAS CENTRAIS ELETRICAS NA REGIAO DO CALHA NORTE	1.000,0	600,0	177,5	422,5	176,8	60,0
2445 - MANUTENCAO DE EMBARCACOES NA REGIAO DO CALHA NORTE	2.000,0	1.199,4	1.166,7	32,7	1.166,7	60,0
2452 - MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA INSTALADA NOS PELOTOES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DA REGIAO DO CALHA NORTE	10.350,0	7.204,1	1.987,1	5.217,0	1.981,0	69,6
2912 - REGULACAO E FISCALIZACAO DA AVIACAO CIVIL	30.496,0	20.047,9	18.438,8	1.609,1	18.438,8	65,7
2923 - OPERACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMOS DO CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO	450.969,7	441.431,5	293.377,1	148.054,3	291.255,4	97,9
3128 - MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE AERONAVES	448.044,5	375.159,4	178.006,2	197.153,2	185.597,0	83,7
3133 - DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB	203.000,0	201.283,7	92.577,2	108.706,5	95.745,2	99,2
3134 - INSTALACAO E ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES	78.972,0	62.442,7	23.416,5	39.026,2	23.380,6	79,1
5154 - REFORMA E AMPLIACAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE ESTADUAL	67.897,6	50.437,2	1.757,8	48.679,4	1.737,3	74,3
5375 - MODERNIZACAO OPERACIONAL DAS ORGANIZACOES MILITARES DO EXERCITO	227.875,0	217.878,3	92.286,0	125.592,3	89.371,0	95,6
7H49 - CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO MATAPI, ENTRE MAZAGAO E SANTANA - AP	6.000,0	6.000,0	0,0	6.000,0	0,0	100,0
7J52 - AMPLIACAO E REFORMA DO AEROPORTO DE CHAPECO - SC	6.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8969 - AQUISICAO DE AERONAVES	731.481,5	680.421,2	441.312,7	239.108,6	456.818,3	93,0
TOTAL	2.661.417,2	2.394.696,1	1.289.130,5	1.105.565,7	1.308.160,4	90,0

Fonte: Siafi

Calculada a execução média das ações orçamentárias a cargo do Ministério da Defesa, excluídas as despesas de pessoal e dívida, bem como as ações de caráter obrigatório, chegou-se ao índice de 78%, que servirá de base para seleção e justificativa para baixa execução. Quanto às ações que compõem o Programa Calha Norte (PCN), a baixa execução deve-se ao fato de que a dotação atualizada contempla valores provenientes de emendas orçamentárias, propostas nas discussões parlamentares do Orçamento Geral da União, cujos recursos destinados não foram integralmente disponibilizados. No exercício de 2009, o contingenciamento de cerca de 40% do

orçamento total previsto para o Programa 0643 - Calha Norte - PCN prejudicou a execução de todas as suas ações orçamentárias, inclusive aquelas constantes do Anexo I – Prioridades e Metas – LDO 2009. Além disso, a execução das ações desse Programa tem sido realizada, em sua maioria, a título de restos a pagar em exercício posterior em função das dificuldades dos estados e municípios em atender às formalidades requeridas para a administração de convênios. O quadro a seguir discrimina, por ação orçamentária, os valores disponibilizados para o PCN realizar suas atividades e cumprir suas metas:

VALORES DISPONIBILIZADOS E METAS FÍSICAS PARA O PROGRAMA CALHA NORTE

em R\$ 1,00

AÇÃO	RESULTADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DOTAÇÃO DISPONÍVEL (B)	EXECUÇÃO (C)	% (C / B)
1209	Financeiro	7.200.000	4.320.000	4.319.739	99,9
	Físico %	10	06	06	100,0
1211	Financeiro	176.020.000	135.047.500	111.285.500	82,4
	Físico %	500	296	243	82,0
1213	Financeiro	46.100.000	27.897.639	27.828.150	99,8
	Físico %	20	12	12	100,0
2439	Financeiro	4.000.000	2.200.000	2.199.551	100,0
	Físico %	400	240	240	100,0
2441	Financeiro	2.400.000	1.440.000	1.439.232	99,9
	Físico %	04	03	03	100,0
2442	Financeiro	2.000.000	1.200.000	1.200.000	100,0
	Físico %	120	72	72	100,0
2443	Financeiro	1.000.000	600.000	600.000	100,0
	Físico %	06	04	04	100,0
2445	Financeiro	7.200.000	4.320.000	4.319.739	99,9
	Físico %	40	24	24	100,0
2452	Financeiro	10.350.000	7.204.386	7.204.386	100,0
	Físico %	28	18	18	100,0

Fonte: Programa Calha Norte

No quadro anterior ficam evidenciados os valores disponibilizados para execução do PCN na coluna “Dotação Disponível”, comprovando a execução acima da média realizada para o Ministério da Defesa. Com relação à ação 2912 - Regulação e Fiscalização da Aviação Civil, do Programa 0630 - Desenvolvimento da Aviação Civil, sob a responsabilidade da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac), resultados físicos da ação superaram em 13,45% a previsão da LDO, com a utilização de apenas 65,74% do orçamento previsto, uma vez que a dotação da LOA 2009 para essa ação foi contingenciada no valor de R\$ 10.028.380, sendo R\$ 7.648.380 na fonte 176 (contribuições sociais – contribuição para o ensino aeroviário) e R\$ 2.380.000 na fonte 250 (recursos diretamente arrecadados – fiscalização da aviação civil). Desta forma, os recursos disponibilizados para efeito do gasto foram da ordem de R\$ 20.467.570, dos quais foram efetivamente gastos R\$ 20.047.888, ou seja, mais de 98% de execução. No que se refere às ações: 5154 e 7J52 – Ampliação e Reforma do Aeroporto de Chapecó – SC do Programa 0631 – Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária, houve uma determinação superior do MD no sentido de que fossem paralisadas as negociações relativas às gestões do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos - Profaa, no exercício de 2009. Dessa forma, não houve execução dos recursos alocados na LOA 2009 para essa ação. Quanto à Ação 7H39 – Construção do Aeroporto de Cascavel, apesar de constar na LDO/2009 como meta prioritária, não foi contemplada no conjunto de ações na LOA/2009. No que concerne à ação orçamentária 2345 – Missão Antártica, do Programa 0472 – Proantar, foi alocado inicialmente o montante de R\$ 10.911 milhões. Desse total, foram contingenciados R\$ 5.021, restando R\$ 5.889 milhões. Assim, a relação entre a disponibilidade e a execução (R\$ 5.875 milhões) é de 99,7%. No Programa 0623 – Segurança de Voo, cabe mencionar que para a Ação 2923 - Operação e Manutenção de Equipamentos e

Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, apesar de constar da LDO/2009 uma previsão de realização de meta física de dois sistemas mantidos, existe apenas um Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, portanto, a execução dessa meta não poderia ser superior a uma unidade.

A Ação 3134 – Instalação e Adequação de Organizações Militares, do Programa 0628 - Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro teve o percentual de execução financeira de 41,97%, tendo sido, porém, empenhados 100% dos recursos autorizados. De 53 obras previstas na LOA/2009, 38 foram concluídas, equivalendo a 71,70% da previsão.

Cabe esclarecer que a previsão constante em plano de obras é baseada unicamente no orçamento da União no que tange a investimento, sendo disponibilizada após a aprovação da LOA. A autoridade que responde pela destinação desses recursos só gerará uma expectativa de crédito quando o orçamento for aprovado e, posteriormente, quando os órgãos de apoio do sistema de obras militares, responsáveis pelo aspecto técnico e financeiro da destinação dos recursos, recebam o aviso de expectativa de crédito. Só então se inicia o processo licitatório, paralelamente à elaboração de projetos e orçamentos referentes à obra. Contudo, entre a aprovação do projeto básico e executivo e a tramitação do edital de licitação, antecedentes à lavratura do contrato e à emissão das ordens de serviços necessárias ao início da obra, demanda-se um prazo de aproximadamente 105 dias. Da aprovação do orçamento da União até chegarmos à entrega definitiva da obra, ocorrerá um lapso temporal sujeito aos óbices recursais administrativos e técnicos. Esses aspectos justificam o fato de a ação 3134 (nacional) ter sido finalizada no ano de 2009, com 71,70% de conclusão do total de obras previstas.

Ministério da Educação

Como prioritárias foram selecionadas 168 ações orçamentárias, no entanto, para fins de análise, certas ações foram consideradas em conjunto, é o caso das 61 ações referentes à "Expansão do Ensino Superior". A mesma metodologia foi utilizada na análise das ações relacionadas à "Implantação de Universidades" (5 ações) e do "REUNI" (53 ações). Justifica-se esta metodologia devido ao fato de que individualmente elas não representariam prioridades, sendo assim, só podem ser consideradas em conjunto. No caso do Ministério da Educação, a média de execução das ações não prioritárias foi de 60,31%. Tendo por base a referida média e as considerações do parágrafo anterior, não foi observada baixa execução entre as ações prioritárias do Ministério da Educação.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA / AÇÕES		DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHADO LIQUIDADO	VALORES PAGOS	% DE EXECUÇÃO
1060 - BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS						
8790	APOIO A ALFABETIZACAO E A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	87.000.000,00	82.000.000,00	81.958.840,00	81.958.840,00	94%
8823	DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E LIVROS DIDATICOS PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	23.300.000,00	21.819.295,56	20.593.530,40	20.593.530,40	94%
1061 - BRASIL ESCOLARIZADO						
0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA A EDUCACAO BASICA	1.196.715.097,00	1.178.193.997,72	1.100.755.880,76	1.036.708.651,40	98%
0969	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA	432.936.391,00	421.657.005,25	420.072.792,76	420.072.734,54	97%
0A30	CONCESSAO DE BOLSA DE INCENTIVO A FORMACAO DE PROFESSORES PARA A EDUCACAO BASICA	269.470.596,00	197.744.996,00	197.732.346,00	171.497.200,00	73%
0E36	COMPLEMENTACAO DA UNIAO AO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA E DE VALORIZACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - FUNDEB	5.070.150.004,00	5.070.150.004,00	5.070.150.000,61	5.070.150.000,00	100%
4045	DISTRIBUICAO DE ACERVOS BIBLIOGRAFICOS PARA A EDUCACAO BASICA	76.600.000,00	57.862.957,65	7.073.772,20	7.046.452,62	76%
4046	DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	645.000.000,00	591.408.143,68	492.476.645,45	395.376.804,76	92%
6322	DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO MEDIO	146.500.000,00	137.563.421,71	127.124.396,13	107.231.098,17	94%
8429	FORMACAO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA	326.671.280,00	255.083.761,32	125.089.119,99	78.487.430,40	78%
8744	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA	2.026.625.172,00	2.022.756.103,49	2.013.431.229,03	2.013.422.237,78	100%
1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA						
1H10	EXPANSAO DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	339.029.530,00	327.916.371,12	95.285.071,59	90.684.785,27	97%
6301	ACERVO BIBLIOGRAFICO PARA AS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL	5.494.258,00	4.206.790,13	1.157.547,91	1.136.277,74	77%
1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - CONTINUAÇÃO						
8650	REESTRUTURACAO DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	170.885.460,00	151.555.866,73	62.746.291,66	60.162.832,85	89%
1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO						
4008	ACERVO BIBLIOGRAFICO DESTINADO AS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO	28.496.367,00	25.159.847,73	6.022.068,64	5.625.807,21	88%
4005	APOIO A RESIDENCIA MULTIPROFISSIONAL	149.581.518,00	139.983.726,02	139.979.126,54	139.063.548,51	94%
8551	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	227.523.354,00	150.563.985,50	71.940.808,36	59.227.203,87	66%
6379	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO FEDERAIS	166.400.000,00	135.029.057,37	98.487.710,49	92.490.738,44	81%
1H54	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DA FLORESTA EM CRUZEIRO DO SUL	3.278.775,00	3.259.271,24	880.540,72	816.695,36	99%
1H92	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ALEGRE	4.523.247,00	4.501.150,30	2.145.569,78	2.145.569,78	100%
11EM	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ANGICOS	7.362.031,00	7.356.824,11	380.238,43	380.238,43	100%
10ZM	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ARAGUAINA	1.000.000,00	1.000.000,00	6.800,00	0,00	100%
1H55	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ARAPIRACA	6.885.703,00	6.857.752,27	2.929.739,71	2.929.123,85	100%
1H59	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE BARREIRAS	5.938.706,00	5.726.389,44	1.620.481,94	1.509.787,53	96%
1H56	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE BENJAMIN CONSTANT	2.151.311,00	2.088.245,30	1.225.243,92	1.221.888,97	97%
1H73	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE BOM JESUS	7.025.105,00	6.335.371,25	1.095.385,28	1.041.659,71	90%
10FO	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE BRAGANCA	1.453.883,00	1.387.027,80	565.978,33	562.882,79	95%
1H94	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CASTANHAL	6.136.698,00	5.432.705,43	706.705,87	675.073,87	89%
1H63	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CATALAO	7.969.688,00	7.966.712,54	3.542.692,05	3.511.281,82	100%
10FQ	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CEILANDIA	21.268.174,00	21.268.145,86	3.032.279,93	3.027.635,62	100%

PROGRAMA / AÇÕES		DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHADO LIQUIDADO	VALORES PAGOS	% DE EXECUÇÃO
10FR	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CHAPADÃO DO SUL	911.120,00	909.745,88	512.605,57	512.605,57	100%
1H65	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CHAPADINHA	2.449.906,00	2.326.722,28	956.697,55	934.000,23	95%
1H57	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE COARI	2.182.089,00	2.181.905,37	2.019.359,18	2.016.192,40	100%
1H70	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CUIITÉ	2.193.076,00	2.180.212,97	1.583.966,10	1.565.271,28	99%
1H84	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE DIADEMA	12.729.628,00	12.729.165,99	2.000.341,98	1.977.321,98	100%
10GZ	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE DIVINÓPOLIS	9.402.681,00	9.401.497,21	4.057.584,39	3.938.490,36	100%
7F37	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE FREDERICO WESPHALEN	706.996,00	703.635,97	316.881,88	305.169,78	100%
1H77	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE GARANHUNS	2.766.168,00	2.069.798,50	1.429.418,14	1.404.967,59	75%
1H85	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE GUARULHOS	1.530.000,00	1.529.007,27	804.940,88	801.503,93	100%
10ZN	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE GURUPI	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	100%
1H58	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE HUMAITÁ	2.259.690,00	2.259.534,30	1.351.137,50	1.304.597,74	100%
1H66	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE IMPERATRIZ	2.460.198,00	2.435.579,61	1.327.557,65	1.325.109,38	99%
1H81	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ITABAIANA	2.324.712,00	2.131.137,03	1.395.872,46	1.331.145,12	92%
10H0	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ITABIRA	4.479.466,00	1.775.688,85	473.990,99	473.990,99	40%
10FY	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ITACOATIARA	2.190.912,00	2.187.112,49	790.828,93	776.241,08	100%
1H64	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE JATAÍ	8.017.726,00	8.002.938,75	4.074.510,94	4.030.793,08	100%
1H90	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE JUAZEIRO	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	100%
1H93	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE MARABÁ	6.037.352,00	5.554.986,28	1.857.422,53	1.848.092,53	92%
10FS	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE NOVA ANDRADINA	838.635,00	838.573,35	279.863,02	279.863,02	100%
10U1	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE NOVA FRIBURGO	1.310.155,00	1.310.155,00	503.162,61	503.162,61	100%
1H79	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE NOVA IGUAÇU	4.611.000,00	4.610.448,78	2.148.882,03	2.068.205,33	100%
10ZO	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PALMAS	1.000.000,00	998.568,29	352.894,23	352.894,23	100%
7F38	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES	764.375,00	758.678,33	365.570,04	364.353,24	99%
10G0	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PARAOPÉBA	5.406.454,00	5.406.454,00	1.910.372,78	1.852.897,33	100%
10FZ	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PARINTINS	2.084.255,00	2.084.206,09	1.090.196,73	1.073.605,44	100%
1H74	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PARNAÍBA	7.637.443,00	6.212.515,53	1.117.934,92	952.353,84	81%
1H89	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PETROLINA	11.507.700,00	11.166.514,00	5.950.136,60	5.950.136,60	97%
1H75	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PICOS	7.366.303,00	5.691.438,59	995.621,52	949.256,17	77%
10FM	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PLANALTINA	7.892.872,00	7.892.872,00	3.681.981,18	3.442.371,22	100%
10FT	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE POMBAL	2.177.000,00	2.175.641,58	1.589.696,73	1.589.696,73	100%
10ZP	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PORTO NACIONAL	1.862.783,00	1.860.810,38	810.956,56	793.582,57	100%
10FV	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE QUIXADA	694.408,00	693.811,99	282.359,12	282.359,12	100%
10U0	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE RIO DAS OSTRAS	6.471.325,00	6.470.250,63	403.561,71	403.155,39	100%
10G1	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE RIO PARANÁIBA	6.438.758,00	6.424.118,78	1.285.863,83	1.284.871,20	100%
1H68	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE RONDONÓPOLIS	3.152.681,00	2.941.810,94	1.277.323,89	1.277.034,44	93%
1H95	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SANTAREM	1.667.277,00	1.665.885,00	504.670,77	486.509,09	100%
1H86	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SANTOS	8.046.123,00	8.046.067,06	1.891.807,08	1.888.442,45	100%
10H3	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SAO BERNARDO DO CAMPO	23.376.626,00	21.596.661,47	1.794.981,74	1.793.235,45	92%
10H4	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SAO JOSE DOS CAMPOS	1.164.628,00	1.163.414,39	579.693,69	579.693,69	100%
1H91	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SAO MATEUS	5.845.505,00	5.839.829,76	1.343.494,79	1.343.494,79	100%
1H78	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SERRA TALHADA	3.436.706,00	3.379.817,76	1.416.161,61	1.307.274,22	98%
11ER	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SETE LAGOAS	2.133.507,00	2.132.843,02	851.495,40	850.157,95	100%
1H69	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SINOP	3.021.845,00	2.929.049,72	521.509,85	419.901,62	97%
10FW	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SOBRAL	2.541.495,00	2.541.307,17	2.004.634,84	1.987.091,44	100%
1H80	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SOROCABA	7.510.246,00	7.510.246,00	4.918.870,74	4.914.883,18	100%
11EU	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SUMÉ	4.560.152,00	4.555.754,02	3.003.085,37	2.988.276,65	100%
1H83	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE TEOFILIO OTONI	4.700.000,00	4.700.000,00	1.190.914,01	1.037.353,90	100%

PROGRAMA / AÇÕES		DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHADO LIQUIDADO	VALORES PAGOS	% DE EXECUÇÃO
10US	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE TRES RIOS	3.384.000,00	3.383.740,75	1.164.583,55	1.137.883,55	100%
11F0	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE VARGINHA	2.200.000,00	2.199.896,00	715.688,89	715.688,89	100%
1H60	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE VITORIA DA CONQUISTA	5.734.258,00	5.450.282,62	546.310,92	546.310,92	95%
1H72	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE VITORIA DE SANTO ANTAO	1.566.423,00	1.565.738,96	635.432,64	619.353,69	100%
1H62	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE VOLTA REDONDA	3.236.000,00	3.233.111,33	700.554,69	700.554,69	100%
1H71	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO AGRESTE	15.143.024,00	14.919.246,62	1.462.347,92	1.404.450,29	99%
1H61	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO CARIRI	970.566,00	969.467,70	699.234,99	699.234,99	100%
10FP	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO GAMA	5.459.007,00	5.458.709,17	1.896.851,24	1.885.252,75	100%
1H76	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO LITORAL	4.812.759,00	2.057.144,78	1.180.008,41	1.176.771,92	43%
10G2	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO LITORAL NORTE EM MAMANGUAPE	9.943.159,00	9.936.919,35	1.972.717,30	1.972.717,30	100%
1H67	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO MEDIO ARAGUAIA	1.935.866,00	1.933.298,19	988.039,19	900.960,64	100%
10FX	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO PONTAL EM ITIUITABA	10.795.000,00	10.792.953,29	2.243.490,57	2.230.949,43	100%
125C	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL -UFFS	1.500.000,00	1.499.972,00	0,00	0,00	100%
12EM	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	11.743.257,00	11.743.216,08	4.671.739,44	4.579.326,09	100%
12EL	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	40.849.102,00	40.412.831,69	757.902,05	757.902,05	99%
11G0	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA -UFOPA	5.020.000,00	5.019.942,25	280.142,25	280.142,25	100%
10TM	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	28.578.532,00	28.553.538,47	17.906.114,67	17.844.539,45	100%
8282	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS -REUNI	586.631.227,00	468.391.419,33	197.173.918,31	190.189.583,65	80%
11C0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS (UFSCAR)	5.056.424,00	5.056.424,00	840.614,47	772.237,17	100%
119W	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASILIA (UNB)	23.655.840,00	23.651.222,64	5.579.076,63	5.571.167,66	100%
119V	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	15.259.396,00	15.205.158,64	9.367.133,67	8.533.048,13	100%
11E0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)	6.745.691,00	6.745.679,80	485.517,50	485.517,50	100%
11H5	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA (UFPB)	16.088.132,00	14.088.077,10	2.273.695,80	2.270.136,80	88%
119R	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)	8.520.000,00	8.267.063,77	1.340.720,57	1.340.720,57	97%
11O2	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL)	4.710.797,00	4.710.663,77	2.117.439,68	2.117.439,68	100%
11MW	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)	7.356.802,00	7.356.802,00	2.023.526,77	1.922.825,58	100%
11DK	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE PORTO ALEGRE (UFCSPA)	1.272.000,00	1.272.000,00	541.114,62	541.114,62	100%
11GD	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS (UFG)	17.045.048,00	17.045.003,51	2.204.819,60	2.015.067,61	100%
11OT	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA (UNIFEI)	6.516.000,00	6.488.177,52	4.211.728,40	4.211.728,40	100%
11GN	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)	9.793.094,00	9.793.094,00	7.815.201,73	7.799.100,37	100%
119O	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)	4.644.680,00	4.644.624,29	4.022.843,94	3.804.338,56	100%
11B0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)	21.493.975,00	20.553.306,35	5.632.523,56	5.548.648,95	96%
11H0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	26.977.795,00	26.977.795,00	25.129.130,56	25.114.237,48	100%
11B5	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)	8.758.704,00	8.758.631,51	5.271.118,42	4.774.159,99	100%
11B9	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPel)	13.194.044,00	13.194.044,00	5.567.686,60	4.843.070,28	100%
11I0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	15.519.629,00	15.519.454,96	134.104,99	134.104,99	100%
119S	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA (UNIR)	7.186.336,00	7.183.668,53	1.507.888,64	1.507.888,64	100%
11M0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)	5.610.000,00	5.609.970,00	1.651.649,18	1.628.627,05	100%
11JK	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	17.952.333,00	17.952.333,00	4.123.260,89	3.939.521,97	100%
11K0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	20.583.310,00	20.583.308,55	5.345.961,60	5.153.022,76	100%

PROGRAMA / AÇÕES		DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHADO LIQUIDADO	VALORES PAGOS	% DE EXECUÇÃO
11DO	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO JOAO DEL REI (UFSJ)	4.335.275,00	4.335.275,00	2.892.473,55	2.888.747,48	100%
11OY	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO (UNIFESP)	12.893.233,00	12.893.233,00	7.418.161,89	7.417.514,91	100%
11C1	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGipe (UNIFESP)	12.219.218,00	8.931.263,70	1.410.831,65	1.337.476,19	73%
119Z	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA (UFU)	9.300.000,00	9.299.912,49	1.612.205,11	1.610.575,26	100%
11D0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA (UFV)	5.774.138,00	5.767.491,85	1.591.620,37	1.591.620,37	100%
11AG	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)	3.728.313,00	3.728.077,96	845.790,47	845.790,47	100%
11DQ	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA (UNIFAP)	1.219.262,00	1.219.262,00	764.459,30	511.203,46	100%
119U	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)	7.925.970,00	7.923.315,09	1.336.630,57	1.336.139,35	100%
11G4	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA (UFC)	14.488.800,00	13.484.788,04	768.245,03	768.245,03	93%
11GA	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO (UFS)	16.296.490,00	16.295.337,40	2.050.072,69	2.050.072,69	100%
119T	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	6.873.185,00	6.873.011,37	954.573,47	941.073,47	100%
119X	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO (UFMA)	16.264.451,00	16.264.424,04	3.183.586,35	3.183.586,35	100%
11DH	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL (UFMS)	14.802.060,00	14.802.060,00	3.317.892,31	3.317.892,31	100%
11H4	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA (UFPA)	24.158.356,00	22.371.448,81	4.489.787,49	4.468.085,99	93%
11HK	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA (UFPR)	16.875.311,00	14.676.735,81	8.470.120,85	7.558.262,04	87%
11BA	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI (UFPI)	6.548.000,00	6.547.308,88	763.853,58	763.853,58	100%
11EC	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA (UFRB)	1.869.445,00	1.867.686,50	1.742.122,42	1.739.002,42	100%
11J0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	17.341.244,00	17.341.244,00	5.858.969,47	5.737.459,90	100%
119Y	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	11.186.636,00	11.186.636,00	2.531.744,58	2.516.745,58	100%
11I9	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	27.700.800,00	27.700.762,76	15.440.083,32	15.314.013,32	100%
11II	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	10.617.000,00	10.617.000,00	3.754.336,54	3.754.336,54	100%
11M6	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	7.689.329,00	7.688.812,05	3.096.034,63	3.096.034,63	100%
11N2	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO (UFTM)	8.148.372,00	8.148.372,00	1.902.246,20	1.902.246,20	100%
11N9	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)	4.968.118,00	4.968.118,00	4.318.112,06	4.318.112,06	100%
119N	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO (UNIVASF)	3.961.387,00	3.961.249,58	1.001.359,44	1.001.359,44	100%
11GI	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	28.819.204,00	28.819.204,00	6.476.338,03	6.149.154,71	100%
11N0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA (UFR)	4.458.220,00	4.254.535,13	186.065,35	132.465,35	95%
11L0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)	7.403.419,00	7.402.714,93	761.012,37	738.343,40	100%
11L6	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	8.975.100,00	8.975.100,00	973.233,68	973.233,68	100%
119Q	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO (UFERSA)	6.603.400,00	6.603.277,54	2.428.385,70	2.428.385,70	100%
1100	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA (UTFPR)	28.102.726,00	26.577.431,36	2.650.518,24	2.648.729,68	95%
4413	TREINAMENTO ESPECIAL PARA ALUNOS DE GRADUACAO DE ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR (PET)	30.123.901,00	26.466.960,00	25.872.960,00	24.029.930,00	88%
1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL						
6310	DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCACAO ESPECIAL	41.150.000,00	32.738.092,50	4.645,23	4.645,23	80%
8371	EDUCACAO ESPECIAL COMO FATOR DE INCLUSAO ESCOLAR	6.300.000,00	6.300.000,00	6.980,00	6.980,00	100%
1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA						

PROGRAMA / AÇÕES		DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHADO LIQUIDADO	VALORES PAGOS	% DE EXECUÇÃO
009H	CONCESSAO DE BOLSAS EM ATENDIMENTO AO PLANO NACIONAL DE POS-DOUTORADO	36.761.300,00	36.753.800,00	15.103.500,00	15.103.500,00	100%
0487	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO PAIS	789.667.384,00	727.369.564,40	648.909.176,85	624.257.174,25	92%
0935	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR	82.697.650,00	70.173.148,22	60.785.024,39	60.783.285,49	85%
1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA - CONTINUAÇÃO						
0B95	CONCESSAO DE BOLSAS DE QUALIFICACAO DE PESSOAL DE ALTONIVEL PARA PESQUISA EM TEMAS ESTRATEGICOS - NOVAS FRONTEIRAS DA POS-GRADUACAO	26.033.767,00	22.411.607,10	4.461.339,25	4.461.339,25	86%
2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTÍFICA E TECNOLOGICA	123.639.875,00	100.331.545,76	66.917.369,51	66.917.369,52	81%
4011	AVALIACAO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS DE POS-GRADUACAO E DE FOMENTO	12.657.457,00	12.653.364,00	10.997.190,71	10.919.931,70	100%
1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA						
8750	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO DO CAMPO, DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	30.922.354,00	22.560.756,25	7.753.976,99	7.753.976,99	73%
1448 - QUALIDADE NA ESCOLA						
0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BÁSICA	1.284.037.017,00	794.150.841,50	378.246.060,97	241.100.670,05	62%
09CW	APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCACAO BÁSICA	632.312.112,00	546.993.936,20	292.184.183,86	72.606.931,29	87%
0E53	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCACAO BÁSICA - CAMINHO DA ESCOLA	142.821.000,00	136.244.337,04	115.588.236,50	37.571.837,00	95%
8602	DISSEMINACAO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	13.000.000,00	11.983.531,55	10.909.543,42	10.909.543,42	92%
1449 - ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS						
4014	CENSO ESCOLAR DA EDUCACAO BÁSICA	10.152.344,00	9.497.858,47	7.615.553,62	7.479.820,19	94%
4017	EXAMES NACIONAIS DE HABILIDADES E COMPETENCIAS	166.025.742,00	146.423.907,86	127.497.302,69	126.777.139,98	88%
4022	AVALIACAO DA EDUCACAO BÁSICA	56.981.811,00	51.556.595,07	48.416.780,07	47.607.445,76	90%
6291	AVALIAÇÕES INTERNACIONAIS DE ALUNOS	3.429.632,00	2.661.112,64	2.246.473,07	2.235.932,01	78%
6503	CENSO DA EDUCACAO SUPERIOR	1.159.590,00	1.042.093,39	123.194,25	122.384,29	90%
8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM						
2A95	ELEVACAO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - PROJOVEM URBANO E CAMPO	53.510.480,00	50.925.600,00	50.925.600,00	50.925.600,00	95%

Fonte: Siafi Base: 22/01/2010. Mês de Referência = 12

Ministério da Integração Nacional

EXECUÇÃO DAS AÇÕES PAC NO ANO DE 2009

R\$ mil

AÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	RP NÃO PROC	EMP/ DOTAÇÃO
100N	6.632	6.532	743	743	5.789	98%
10ER	8.600	8.600	0	0	8.600	100%
1670	2.931	2.931	1.170	1.170	1.761	100%
5246	14.000	13.865	0	0	13.865	99%
7M16	23.000	23.000	0	0	23.000	100%
1622	4.000	4.000	2.819	2.819	1.181	100%
1692	60.000	60.000	23.186	21.986	36.813	100%
5260	18.000	18.000	3.101	1.841	14.899	100%
5314	60.000	60.000	25.618	25.608	34.382	100%
5322	8.000	8.000	2.670	2.670	5.330	100%
1012	41.019	41.019	27.400	27.400	13.619	100%
1017	36.570	36.570	21.716	21.716	14.854	100%
1021	84.800	84.800	29.495	29.495	55.305	100%
1025	11.359	0	0	0	0	0%
1028	62.848	62.848	26.927	26.927	35.921	100%
10CT	91.240	91.240	0	0	91.240	100%
10DA	43.600	43.600	22.411	22.411	21.189	100%
10E9	49.851	49.851	0	0	49.851	100%
11NP	39.200	39.200	0	0	39.200	100%
124L	4.000	4.000	0	0	4.000	100%
124M	5.800	5.800	0	0	5.800	100%
1160	6.041	6.041	0	0	6.041	100%
1161	5.698	5.698	0	0	5.698	100%
1163	6.000	6.000	0	0	6.000	100%

AÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	RP NÃO PROC	EMP/ DOTAÇÃO
1K48	1.370	1.367	0	0	1.367	100%
1K51	16.000	16.000	0	0	16.000	100%
5910	37.715	37.715	0	0	37.715	100%
5924	31.800	31.800	0	0	31.800	100%
7G76	45.806	45.806	45.806	45.806	0	100%
10GM	7.399	6.250	795	747	5.455	84%
5308	103,1	99,3	51,5	51,5	47,8	96%
123D	81.100	81.100	57.539	57.523	23.561	100%
7131	101.554	101.554	31.739	31.739	69.815	100%
10F6	17.190	12.824	0	0	12.824	75%
12EP	673.846	672.976	180.264	180.264	492.713	100%
5900	492.346	489.754	41.222	41.214	448.532	99%
1N64	40.000	40.000	0	0	40.000	100%
126W	1.116	1.116	0	0	1.116	100%
126X	1.070	1.070	0	0	1.070	100%
126Y	1.182	1.182	0	0	1.182	100%
126Z	1.853	1.853	0	0	1.853	100%
127A	1.549	1.549	0	0	1.549	100%
127B	1.169	1.169	0	0	1.169	100%
127C	1.296	1.296	0	0	1.296	100%
127D	1.101	1.101	0	0	1.101	100%
116F	68.800	68.789	531	523	68.258	100%
10RP	17.200	12.081	120	119	11.960	70%
10RM	301.467	300.982	25.401	23.288	275.580	100%
10RN	1.131	0	0	0	0	0%
10ZW	63.203	57.013	9.651	9.646	47.362	90%
10RF	23.760	9.646	1.822	1.364	7.823	41%
Total	2.725.318	2.677.685	582.198	577.070	0	

Fonte: Relatório Gerencial do Siafi de 13.01.2010

EXECUÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DO ANEXO I DA LDO

R\$ mil

PROJETO/ ATIVIDADE	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	RP NÃO PROC	EMP/ DOTAÇÃO
10BC	131.703	36.367	0	0	0	28%
1028	62.848	62.848	26.927	26.927	0	100%
2B69	78.300	76.731	41.989	41.180	0	98%
5380	1.500	1.488	635	632	0	99%
7H78	3.831	2.000	0	0	0	52%
7K44	100	0	0	0	0	0%
109H	22.300	1.090	0	0	0	5%
109I	2.615	1.304	0	0	0	50%
1851	44.170	27.547	1.877	1.877	7,4	62%
5910	37.715	37.715	0	0	0	100%
7G76	45.806	45.806	45.806	45.806	0	100%
6409	81.634	54.645	599	499	0	67%
8348	632.193	441.643	43.536	43.536	0	70%
TOTAL	1.144.715	789.183	161.368	160.457	0	

Fonte: Relatório Gerencial do Siafi de 13.01.2010

A Média de Execução das Ações não Prioritárias foi de 93% - Valores Empenhados/Dotação Atualizada.

Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Ação 1025 – Implantação do Perímetro de Irrigação Araras Norte (CE) - Em 2009, a baixa execução ocorreu devido ao atraso no processo licitatório (pregão) para a aquisição de equipamentos e a contratação de obras. As propostas recebidas encontram-se em análise.

Ação 10BC - Implantação de Projetos de Irrigação na Região Centro-Oeste - Ausência de pleitos, impossibilidade de caráter legal e administrativo dos

entes federativos, bem como problemas com a viabilidade dos projetos apresentados caracterizam o baixo valor empenhado. Alie-se a isso as limitações de caráter orçamentário.

Ação 7H78 – Implantação do Projeto de Desenvolvimento Hidroagrícola de Pedro Afonso - Não houve disponibilidade de limite orçamentário para empenho do valor total da ação.

Para a Ação 7K44 – Projeto de Irrigação Baixada Cuiabana no Estado do Mato - não foi apresentado pleito para esta ação.

Programa Infraestrutura Hídrica

Ação 10GM - Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica - A dotação da Ação 10GM no ano de 2009 atenderia aos estudos para o Empreendimento Xingó, Construção de Barragens de Regularização do Alto São Francisco no estado de Minas Gerais, Barragens Jequitaí e Estudos para a Adutora Guanambi.

Contudo, atraso na licitação dos Estudos de Impacto Ambiental – EIA/RIMA gerou a baixa execução na Ação em função de os termos de referência do IBAMA só terem sido entregues em outubro de 2009. Com isso, o resultado da licitação só ocorreu em 31 de dezembro, permitindo que se emitisse nessa data o empenho no valor de apenas R\$ 2.860.453,00.

Apesar de os Estudos de Barragens de Regularização do Alto São Francisco no Estado de Minas Gerais já terem sido retirados do PAC, já havia sido autorizada a realização da licitação da operação e da manutenção das redes hidrométricas nas principais sub-bacias dos tributários mais expressivos dos rios Paracatu, Urucuia, das Velhas e Jequitaí, para a qual foi empenhado R\$ 1.542.931,55. O atraso na licitação teve como causa a anulação do Edital pelo Tribunal de Contas da União, processo 007.482/2007, Acórdão nº 2391/2007. Em função disso, a nova licitação foi realizada somente em setembro e a emissão da nota de empenho foi emitida em outubro.

A inclusão no PAC dos estudos de reconhecimento, concepção, viabilidade e elaboração de projeto básico de sistema adutor na região de Guanambi só foi solicitada ao Grupo Executivo do PAC do Ministério da Integração em 7 agosto de 2009, por meio do Ofício nº 577/2009-PR/GB. Assim, os recursos foram empenhados somente em agosto no valor de R\$ 1.823.407,57, os quais estão sendo realizados dentro do prazo contratual.

Ação 109H - Construção de Barragens - A ausência de pleitos e limitações de caráter orçamentário, além da inadimplência dos proponentes, caracterizam o baixo empenho dessa ação.

Ação 109I - Construção de Açudes - A inadimplência dos proponentes não permitiu o empenho dos recursos.

Ação 1851 – Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Não houve disponibilidade de limite orçamentário suficiente para essa ação.

Programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais

Ação 6409 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais - O maior volume de recursos desta ação é oriundo de emendas parlamentares e dependem, primordialmente, de iniciativas técnicas, administrativas e institucionais dos proponentes (basicamente Prefeituras). A solicitação para execução dos projetos vinculados a esta ação concentrou-se no final do exercício, não havendo dessa forma, tempo hábil para o processamento técnico-administrativo e para

o cumprimento de todas as exigências. Além disso, a baixa qualidade dos projetos apresentados e a inadimplência de muitos proponentes também contribuíram para a falta de êxito dos empenhos.

Programa Prevenção e Preparação para Desastres

Ação 8348 - Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nesta ação foram empenhados 70% da dotação inicial, no valor de R\$ 632 milhões, provenientes do Plano de Ação e de Emendas Parlamentares aprovados na LOA, acrescidos de R\$ 240 milhões do Decreto de 14 de janeiro de 2009, além de R\$ 250 milhões provenientes das Medidas Provisórias nºs 463 e 473. Desse total, foram cancelados R\$ 204 milhões. É importante ressaltar que foi executado somente 7% do valor total aprovado em função do redimensionamento de metas de alguns projetos e do não cumprimento das exigências previstas por parte de estados e municípios para as transferências de recursos da União mediante convênios, cabendo registrar que a celebração da maioria dos convênios ocorreu no final do exercício.

Programa Integração de Bacias Hidrográficas

Ação 10F6 - Implantação da Adutora do Agreste - Ramal Garanhuns/Pesqueira - no Estado de Pernambuco - Os recursos não empenhados nessa ação devem-se à diferença entre o valor estimado e o valor efetivamente contratado do Projeto Básico e Executivo pelo Estado de Pernambuco em convênio com o Ministério da Integração.

Existia uma percepção inicial de que se poderia executar a obra do Ramal do Agreste nesta funcional juntamente com os estudos e a execução da Adutora do Agreste. Contudo, o TCU orientou a equipe do PISF a utilizar essa funcional exclusivamente para a realização dos estudos e da obra, o que ensejou o remanejamento dos recursos que seriam utilizados para o Ramal, deixando nesta funcional apenas o montante necessário para a contratação do Projeto Executivo da Adutora.

Programa Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Ação 10RP – Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba. A integralidade do empenho não foi obtida em função do deságio na contratação dos projetos para sistemas em 7 municípios das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba; da redução no valor do Termo de Compromisso com o Município de Olho d'Água das Flores/AL; da redução no custo do Projeto para a obra do aterro sanitário no Município de João Pinheiro/MG e pelo atraso na conclusão da licitação para aquisição de equipamentos para o aterro sanitário do Município de Irecê/BA.

Ação 10RN - Obras de Revitalização e Recuperação nas Bacias do São Francisco e Parnaíba - Problemas técnicos provocaram atraso na licitação para execução das obras e dos serviços relativos à construção do Centro de Triagem de Animais Silvestres nas Cidades de Barreiras e Montes

Claros. Em função disso, os procedimentos licitatórios somente serão concluídos no exercício de 2010.

Ação 10ZW - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba - Os recursos não empenhados devem-se ao atraso no processo licitatório para a contratação da execução do Centro Integrado de Revitalização de Recursos Pesqueiros de Porto Real do Colégio/AL, Guanambi/BA, Três Marias/MG e Nova Porteirinha/MG, e ao deságio na contratação referente à implantação de 86 bacias de captação; 5511 ha de terraços; 01 viveiro;

plantio de 340.398 mudas nativas; cercamento de 620 ha de nascentes e matas ciliares na Bacia do Rio Tigre.

Programa Vetor Logístico Nordeste Meridional

Ação 10RF – Melhoria da Hidrovia do São Francisco - Trecho Ibotirama – Juazeiro - O atraso no envio do Plano de Trabalho pelo Dnit impossibilitou a celebração de Termo de cooperação para a execução do derrocamento na entrada da Barragem de Sobradinho, que será assinado em março de 2010. Além disso, foi adiada para fevereiro de 2010 a publicação do edital para a aquisição de uma draga por necessidade de sua revisão.

Ministério da Justiça

A execução das ações orçamentárias constantes no Anexo de Ações e Metas Prioritárias da LDO encontra-se evidenciada no quadro abaixo. Percebe-se que o percentual de execução ficou acima dos 94%.

METAS	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	%	RAP	
				NÃO PROC.	V. PAGO
0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	120.853.350	77.961.603	99,27	61.601.098	8.156.796
14.421.0661.10M1.0101 - Construção da Quinta Penitenciária Federal	1.800.000	-	-	-	-
14.421.0661.8914.0001 - Apoio a Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais	47.786.000	29.161.742	100,00	28.061.743	2.635.388
14.421.0661.8915.0001 - Apoio a Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais	6.480.000	4.753.878	100,00	4.753.877	-
14.421.0661.8916.0001 - Aparelhamento e Reaparelhamento dos Estabelecimentos Penais	17.840.000	12.938.409	100,00	12.768.383	1.273.517
14.422.0156.2C52.0001 - Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	1.000.000	-	-	-	-
06.181.0662.2726.0001 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens e Serviços e Interesse da União	80.233.050	68.310.216	99,29	1.063.935	119.803
06.181.0663.2723.0001 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	57.625.000	53.612.847	99,99	7.940.049	2.056.986
1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SUSP	290.575.331	214.527.345	99,92	128.041.902	3.666.246
06.181.1127.2B00.0001 - Força Nacional de Segurança Pública	25.381.427	24.452.286	99,87	2.382.116	89.545
06.128.1127.2320.0001 - Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional	67.846.094	58.699.023	99,76	24.311.638	1.414.112
1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	112.871.925	88.417.753	100,00	41.539.054	9.262.938
06.183.1353.1778.0001 - Implantação do Sistema de Informática e Telecomunicações da Polícia Federal (Promotec/Pró-Amazônia)	75.053.866	55.949.694	100,00	15.158.037	460.322
06.181.1353.1899.0001 - Reaparelhamento das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico - Científico (Promotec/Pró-Amazônia)	37.218.059	32.468.059	100,00	26.381.018	8.802.616
1453 – PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – PRONASCI	1.250.255.691	1.196.494.173	99,76	356.560.651	84.658.407
06.128.1453.00CA.0001 - Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Militares e Civis, Agentes Penitenciários, Guardas Municipais, Bombeiros e Peritos Criminais de Baixa Renda, Pertencentes a Estados Membros - Nacional	699.000.000	688.212.254	100,00	68.259.228	67.131.878
06.422.1453.8375.0001 - Campanha do Desarmamento	4.000.000	3.475.833	97,89	973.590	67.140
06.422.1453.8853.0001 - Apoio à Implementação de Políticas Sociais	80.047.705	76.149.476	99,40	37.418.291	3.334.474
06.181.1453.8855.0001 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	151.637.979	149.380.007	99,59	65.365.111	5.134.539
06.421.1453.8856.0001 - Modernização de Estabelecimentos Penais	4.347.712	3.152.170	100,00	3.152.170	-
06.422.1453.8857.0001 - Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	193.280.264	172.835.814	99,62	83.791.239	8.506.255
06.181.1453.8858.0001 - Valorização dos Profissionais e Operadores de Segurança Pública	18.742.029	17.407.729	94,47	11.720.131	484.122
14.421.1453.8860.0001 - Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Especiais	94.600.002	83.380.890	100,00	83.380.890	-
0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	45.377.467	37.080.997	97,28	8.405.307	1.004.246
14.423.0150.2384.0001 - Proteção Social dos Povos Indígenas	19.254.708	19.185.923	99,93	3.184.133	461.750
TOTAL GERAL	1.964.041.814	1.740.702.641		609.293.529	108.951.769

Ministério da Previdência

AÇÕES PRIORITÁRIAS - LDO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES INCRITOS EM RP NÃO PROCESSADOS	VALORES PAGOS	%
5509	25.000.000	17.228.594	5.246.021	6.672.985	4.953.928	69%
Total	25.000.000	17.228.594	5.246.021	6.672.985	4.953.928	69%

A dotação orçamentária disponível para a ação prioritária desta pasta, Reformulação das Agências da Previdência Social, foi de R\$ 25,5 milhões, dos quais foram empenhados R\$ 17,2 milhões garantindo o início de 44 obras de reformas nas Agências da Previdência Social. O percentual de empenho em relação à dotação foi de 67,56%, ou seja, teve um bom desempenho se comparado à média de desempenho das demais ações do INSS. Estavam previstas inicialmente reformas em 87 unidades de atendimento, porém com a implantação do Plano de Expansão da Rede de Atendimento – PEX não foi possível a realização física-financeira desta ação em níveis mais elevados.

Ministério da Saúde

Com finalidade de complementar as informações sobre o desempenho setorial no Exercício 2009 são apresentados algumas informações e alguns dados comentados sobre a cobertura financeira para execução das ações e suas formas de execução. As tabelas a seguir apresenta a execução das ações prioritárias e demais ações sob responsabilidade do setorial, com valores aprovados empenhados e pagos. Essas ações são os principais componentes dos programas estruturantes, sendo também responsáveis pela implementação direta da política setorial.

AÇÕES PRIORITÁRIAS	DOTAÇÃO (A)	EMPENHADO (B)	VALORES LIQUIDADOS (C)	RP NÃO PROCESSADOS (D)	VALORES PAGOS (E)	% (F=B/A)
Atenção Especializada em Saúde	8.073	5.981	5.981	2.782	3.199	74,09
Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	233.492	169.121	169.121	137.351	31.762	72,43
Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	501.224	395.160	395.160	391.353	3.759	78,84
Atenção Básica em Saúde Bucal	74.143	32.894	32.894	25.110	7.784	44,37
Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192	459.702	458.184	458.184	123.190	334.994	99,67
Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue	27.623	24.199	24.199	13.138	11.061	87,60
Atenção Especializada em Saúde Bucal	90.078	89.911	89.911	5.943	83.968	99,81
Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	1.200.831	675.384	675.384	597.447	77.625	56,24
Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	143.809	126.542	126.542	105.032	21.510	87,99
Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	823.779	814.788	814.788	262.755	551.540	98,91
Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégico	142.682	137.567	137.567	38.863	96.908	96,42
Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde	64.856	57.059	57.059	31.666	24.064	87,98
Promoção da assistência farmacêutica e insumos estratégicos na atenção básica	916.155	908.103	908.103	103.756	789.288	99,12
Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	562.985	562.430	562.430	80.564	480.614	99,90
Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	5.350	5.093	5.093	136	4.957	95,20
Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Mulher	8.747	8.424	8.424	6.440	1.984	96,30
TOTAL das Ações Prioritárias (A)	5.263.527	4.470.841	4.470.841	1.925.527	2.525.017	84,94

Fonte: SPO/SE/Ministério da Saúde. – Excluídas as despesas com pessoal

As ações priorizadas pela LDO com desempenho abaixo da média das demais ações do MS, que ficou em 98,80% - excluídas as despesas com pessoal - apresentam os seguintes fatores de influência sobre suas execuções:

Atenção Especializada em Saúde – entraves na celebração dos convênios que possibilitam o repasse dos recursos. Entre outros, o principal deles é a inadimplência nas prestações de contas de convênios anteriores.

Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar – a execução no exercício 2009 foi prejudicada pelo nível de exigência dos registros no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, condição essencial para a celebração dos convênios. Diante da qualidade da informação

apresentada pelos convenentes, o SICONV rejeitou os registros, o que impediu a celebração dos convênios.

Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica, Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue, Vigilância, Prevenção e Controle da AIDS e Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos - essas ações enfrentaram entraves na celebração dos convênios que possibilitam o repasse dos recursos. Entre outros, o principal deles é a inadimplência nas prestações de contas de convênios anteriores, como também entraves em processos licitatórios para a execução das obras ou aquisições de insumos.

Atenção Básica em Saúde Bucal – em 2009 houve a expansão da abrangência da ação. Anteriormente era limitada à aquisição de kits para a saúde bucal, composto de creme dental e escova. A partir de 2009 incorporou a compra de cadeiras odontológicas e outros equipamentos estruturantes da atenção básica em saúde bucal, o que

teve reflexo na sua execução pois passou a depender de convênios e licitações.

Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde – ação com recursos descentralizados para laboratório públicos e privados dependente de convênios, o que gera entraves na execução.

Ministério de Minas e Energia

Programa 0271 – Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

Ação 2050.0001-Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural

No ano de 2009 foram aprovados os recursos orçamentários de R\$197.910.826,00 através da LOA. Todavia, em razão de consultas orçamentárias junto às empresas interessadas por ocasião das licitações, os valores necessários para os projetos de 2009 desta Agência Nacional do Petróleo - ANP passaram à quantia de R\$182.313.113,00.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

AUTORIZADO LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	em R\$ 1,00
				% DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
197.910.826	182.313.113	69.489.976	69.489.976	92,12

Fonte: SISPAC

O percentual de execução orçamentária da ANP (92,12%) está acima da média de execução das ações não prioritárias, que foi de 76,28 %. Conforme demonstrado, a ANP alcançou a execução financeira (pagamento) de 38,4% do valor total aprovado pela LOA de 2009. Esse valor está circunscrito a 1 projeto concluído e 6 projetos em execução na ANP, sendo que destes, 3 projetos (a saber: Levantamentos Sísmicos na Bacia do São Francisco, na Bacia do Paraná e na Bacia do Parecis) respondem por 70 % dos recursos aprovados para o ano-calendário de 2009. Houve um atraso no começo da execução dos referidos projetos, bem como um desequilíbrio inicial nas finanças da empresa responsável pela execução do levantamento na Bacia do Parecis. Tais circunstâncias, alheias às responsabilidades da ANP, contribuíram sobremaneira para o atraso na execução financeira (pagamento) dos valores orçados e empenhados em 2009.

Programa 0391 – Mineração e Desenvolvimento Sustentável

Ação 10A4.0001 – Reformas de Unidades Regionais do DNPM

AUTORIZADO LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	% DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.541.394,00	1.028.586,49	810.505,65	810.505,65	40,47

Fonte: DNPM

A execução orçamentária abaixo da média de execução das ações não prioritárias, que foi de 71,75 %, ocorreu devido ao contingenciamento no grupo de despesas Investimentos, o que impossibilitou a execução de parte do orçamento.

Programa 1115 – Geologia do Brasil

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

Na ação 2398.0001 - Levantamentos Geológicos, cujo objetivo é produzir informações geológicas para ampliar e diversificar a produção mineral brasileira, foram mapeados 272.214 km², contemplando 136.134 km² na escala 1:100.000 e 136.080 km² na escala 1:250.000 e concluídos os projetos de cartografia geológica executados com as Universidades: UFBA, UERJ, UFMG e UnB, que totalizaram 64.000 km² de área mapeada na escala 1:100.000.

Na ação 4872.0001 – Levantamentos Aerogeofísicos, que objetiva fornecer informações aerogeofísicas (magnetométricas e gamaespectrométricas) para estimular investimentos da iniciativa privada em prospecção e pesquisa mineral, foi levantado um total de 430.046 km de linhas de vôo, equivalente ao levantamento de 201.800 km².

Na ação 2397.0001 - Levantamentos Hidrogeológicos, que visa gerar o conhecimento necessário para o aproveitamento de recursos hídricos subterrâneos do País, foi finalizada a produção de 11 folhas protótipos do Mapa Hidrogeológico do Brasil;

Na ação 2D84.0001 - Levantamentos Geoquímicos, que visa ampliar e consolidar o conhecimento geoquímico do meio físico, avaliando em todo o território nacional as composições químicas do substrato rochoso, dos solos, e águas de drenagem e de abastecimento público, foram cobertos 667.000 km² com a realização de levantamento geoquímico multielementar através da coleta de amostras em sedimentos, solos e águas de drenagem e de abastecimento humano, objetivando definir indicadores de áreas potencialmente favoráveis a concentrações minerais, áreas passíveis de contaminação natural ou poluição provocada por atividade antrópica e áreas para monitoramento ambiental.

Em R\$ 1,00

AÇÃO	LOA + CRED	ORÇAMENTO DESBLOQUEADO (*)		TOTAL DE EMPENHOS (**)		EXECUÇÃO (***)	
		VALOR	VALOR	%	VALOR	%	VALOR
Levantamentos Geológicos	25.367.000	23.939.031	94%	23.638.949	99%	13.465.205	56%
Levantamentos Aerogeofísicos	38.176.000	37.475.468	98%	37.471.607	100%	18.363.315	49%
Levantamentos Hidrogeológicos	11.375.122	10.612.170	93%	10.591.521	100%	5.485.692	52%
Levantamentos Geoquímicos	2.123.000	2.033.769	96%	2.032.133	100%	1.605.928	79%
TOTAL	77.041.122	74.060.438	96%	73.734.210	100%	38.920.140	53%

(*) Recursos orçamentários desbloqueados pela SOF e autorizados para empenho

(**) Total de empenhos emitidos

(***) Total de empenhos liquidados e pagos

Obs: A média de execução das ações não prioritárias da CPRM foi de 85,54%.

O demonstrativo da execução das ações não prioritárias encontra-se nas informações adicionais.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

A maior parte das ações prioritárias vinculadas à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA) apresenta execução de recursos da ordem de 90% do montante disponibilizado, à exceção da ação 2B54 - Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel.

PROGRAMA/AÇÃO	ORÇAMENTO 2009							
	DOTAÇÃO AUT	INDISPONÍVEL	DISPONIBILIZ.	EMPENHADO ATÉ 31/12/09	%	LIQUIDADO ATÉ 31/12/09	%	VALORES PAGOS ATÉ 31/12/09
								F=E/B G
2B54 FOMENTO A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	15.369.500	7.549.500	7.820.000	4.255.920	54,42	4.255.920	54,42	2.308.469
2B81 AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAA	95.413.062	2.930.964	92.482.098	92.053.334	99,54	92.053.334	99,54	72.296.717
4280 FOMENTO A PROJETOS DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E AGREGADO D	5.500.000	-	5.500.000	4.869.228	88,53	4.869.228	88,53	2.800.650
4280 FOMENTO A PROJETOS DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E AGREGADO D - EMENDAS	3.500.000	300.000	3.200.000	3.197.500	00,00	3.197.500	99,92	-
4260 FOMENTO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTURA	256.482.520	-	256.482.520	243.935.435	95,11	243.935.435	95,11	58.939.144
4260 FOMENTO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRIC. - EMENDAS	3.270.000	720.208	2.549.792	2.349.792	92,16	2.349.792	92,16	-

Fonte: SPOA /MDA

As ações prioritárias do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) são: 8991 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais; e) 8394 Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária.

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DADOS FINANCEIROS R\$					
	META 2009 (1) (A)	REALIZADO (2) (B)	VALORES PAGOS (3) (C)	RAP PAGOS (4)	% (B/A)	% (C/A)
8991 - APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS NOS TERRITÓRIOS RURAIS	335.699.870 (5)	298.940.849 (5)	2.002.200	123.824.609 (5)	89,0	0,6
8394 FOMENTO AOS EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS E COOPERATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA	33.606.645	33.296.362	3.457.596	18.775.520	99,1	10,3

Fonte: Resultados Financeiros: Sigplan/Siaf, em 21/01/2010, e SPOA/MDA, de 10/01/2010.

(1) Com base no orçamento 2009 disponibilizado. ou seja, considerou-se os valores orçamentários do crédito inicial mais os créditos adicionais, subtraindo-se os valores de créditos contingenciados.

(2) Com base nos valores de empenhos liquidados.

(3) Valores pagos até 31/12/2009

(4) Valores inscritos em Restos a Pagar, pagos até 31/12/2009

(5) Inclusive Emendas Parlamentares.

Com relação às ações prioritárias vinculadas à Secretaria de Reordenamento Agrário (SRAMDA), o Programa Arca das Letras apresentou, no exercício de 2009, uma execução orçamentária abaixo da média das ações não prioritárias, com 49% de empenhos emitidos em relação ao orçamento disponível (valor da LOA + Créditos), conforme quadro:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS NO EXERCÍCIO DE 2009

Nº DA AÇÃO	AÇÃO	ORÇAMENTÁ- RIO (A)	DISPONÍVEL (B)	EMPENHOS EMITIDOS (C)	RESTOS A PAGAR- INSCRIÇÃO	RESTOS A PAGAR (A LIQUIDAR) (D)	RESTOS A PAGAR PAGOS (F)	VALORES PAGOS 2009 (G)	TOTAL PAGO (H) = (F) + (G)	% DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (E) = (C)/(B)	% DE RECURSOS UTILIZADOS DE 2009 (I) = (G)/(B)
2C72	Arca das Letras	354.912	354912	175.186,87	3.242,66	1.377,66	1.865	175.186,87	177.051,87	49,36	49,36
	TOTAL	354.912	354912	175.186,87	3.242,66	1.377,66	1.865	175.186,87	177.051,87	49,36	49,36

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi em 12/01/2010

Já com relação ao Programa 0137: Desenvolvimento Sustentável de Projeto de Assentamento, do Incra, a Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projeto de Assentamento visa prover ou recuperar os projetos de assentamento rural com infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável aos beneficiários da reforma agrária. Os recursos destinados a esta ação, compreendendo obras de infra-estrutura, são considerados básicos ao processo de estruturação e viabilização dos projetos de assentamento, na sua múltipla dimensão.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ FINANCEIRA – NACIONAL

LOA* (A)	SUPLEMENTAÇÃO (B)	CONTINGENCIA- MENTO (C)	DESTAQUE RECEBIDO ** (D)	CRÉDITO DISPONÍVEL *** (E)	EMPENHO LIQUIDADO **** (F)	VALOR PAGO (G)	Valores em R\$ milhões
							% EXECUTADO (H = F/E)
309,24	22,46	1,88	7,72	322,56	322,53	61,52	99,99

Fonte: Siafi (12/01/2010)

* Não inclui Emendas Parlamentares no valor de R\$ 2.750.000,00.

** Os recursos envolvidos são destacados para estas instituições que têm a obrigação de prestarem contas do mesmo. Estas parcerias são efetivadas com instituições de ensino e formalizadas mediante Termo de Cooperação.

*** Crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra: E = A+B-C-D.

**** Parte destes recursos foi efetivamente pago e parte foi inscrito em restos a pagar (RAP). Em relação aos recursos do RAP, parte já havia sido processado em 2009 e parte ainda não havia sido processado.

A execução financeira para a ação de infra-estrutura no ano de 2009 foi de 99,99%. Ou seja, dos R\$ 322.558.908,14 efetivamente disponíveis para uso nesta ação em 2009, o montante total de R\$ 322.528.800,71 foi executado, o que demonstra excelente capacidade de alocação de recursos por parte do Incra para esta ação. De outro lado, verificamos que somente 53,07% do total disponível, foram efetivamente pagos (R\$ 61.520.654,32). Verifica-se também, que do orçamento originalmente previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA (R\$ 309.235.049,00), R\$ 1.877.080,47 foi contingenciado, o que não chegou a causar impacto significante, tendo em vista que um conjunto expressivo

de contratos, convênios e termos de parceria foram assinados no final de 2008 com os respectivos recursos inscritos em restos a pagar (RAP). Por outro lado, próximo ao final do exercício, ocorreu uma suplementação (a partir de recursos de outra ação – ATES), no valor de 22.458.801,00, o que efetivamente compensou o contingenciamento do início do ano, bem como aportou importante recurso para o cumprimento de compromissos assumidos no decorrer do ano. Com relação ao Programa 1427: Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, a Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados teve a seguinte execução:

LOA* (A)	SUPLEMENTAÇÃO (B)	CONTIGENCIA- MENTO (C)	DESATAQUE CONCEDIDO (D)	CRÉDITO DISPONÍVEL (E)**	EMPENHO LIQUIDADO*** (F)	VALOR PAGO (G)	% EXEC. (H = F/D)
224.588.018,00	(22.458.801,00)	90.015.133,90	1.161.263,47	110.952.819,63	110.945.735,47	47.545.995,80	99,99

Fonte: Siafi (12/01/2010).

* Não inclui as Emendas Parlamentares no valor de R\$ 260.000,00.

** Crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra: E = A+B-C-D.

*** Parte destes recursos foi efetivamente pago e parte foi inscrito em restos a pagar (RAP). Em relação aos recursos do RAP, parte já havia sido processado em 2009 e parte ainda não havia sido processado.

Como se pode observar, a execução financeira da ação foi de 99,99% dos recursos disponíveis em 2009. Dos R\$ 110.952.819,63 disponíveis efetivamente para esta ação, foram executados neste exercício R\$ 110.945.735,47. De outro lado, verificamos também que 42,85% do total

disponível foram efetivamente pagos (R\$ 47.545.995,80), restando ainda um percentual expressivo de recursos que foram inscritos em restos a pagar.

O forte contingenciamento verificado para esta ação, no valor de R\$ 90.015.133,90 (40,08% do orçamento original), se deu por força do Decreto N° 6.808 de 27 de março de 2009, que reduziu sobremaneira os recursos do Incra para o exercício. Como um conjunto expressivo de contratos, convênios e termos de parceria foram assinados no final de 2008 e inscritos em restos a pagar, havia relativa folga no orçamento desta ação para o exercício de 2009. Houve ainda, em relação ao orçamento originalmente previsto para esta ação, além do contingenciamento anteriormente citado, outra redução do orçamento originalmente previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) para esta ação, retirando-se outros R\$ 22.458.801,00 (10% do orçamento original), que foram alocados na ação 8396 – Implantação e Recuperação de

Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento (ação também prioritária em relação à execução do Incra). No Programa 0138: Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, a Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais visa propiciar a destinação de terras públicas baseando-se no princípio da democratização de acesso a terra por meio da regularização da situação jurídica de posseiros com a expedição de títulos de domínio ou licença de ocupação aos ocupantes, incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário. Cumpre destacar que esta Ação, no exercício de 2009, sofreu importantes modificações que reestruturaram a forma de execução da regularização fundiária na Amazônia Legal.

LOA (A)	CONTINGENCIAMENTO (B)	CRÉDITO DISPONÍVEL* (C)	EMPENHADO LIQUIDADO** (D)	PAGO (E)	% EXECUTADO (F = D/C)
102.632.378,00	81.896.835,09	20.735.542,91	20.697.376,01	8.219.706,80	99,82

Fonte: Siafi (12/01/2010)

* Crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra: C = A-B. ** Parte destes recursos foi efetivamente pago e parte foi inscrito em restos a pagar (RAP). Em relação aos recursos do RAP, parte já havia sido processado em 2009 e parte ainda não havia sido processado.

Observa-se que foi executado 99,82% do recurso efetivamente disponível, sendo pagos R\$ 8.219.706,00, o que significa 39,71% do valor total liquidado (R\$ 20.697.376,00). O restante do recurso que foi inscrito em restos a pagar será aplicado em convênios firmados com os estados de Sergipe, Bahia, Mato Grosso e Pará. Com relação ao Programa 1350: Educação do Campo – Pronera, a Ação 8370: Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior Para a Reforma Agrária teve a seguinte execução:

LOA (A)	CONTINGENCIA-MENTO (B)	DESTAQUE CONCEDIDO* (C)	CRÉDITO DISPONÍVEL** (D)	EMPENHADO LIQUIDADO*** (E)	VALOR PAGO (F)	% EXECUTADO (G = E/D)
41.897.600,00	26.126.538,11	4.338.687,01	11.432.374,88	11.272.723,49	6.066.996,35	98,60

Fonte: Siafi (12/01/2010).

* Os recursos envolvidos são destacados para estas instituições que têm a obrigação de prestarem contas do mesmo. Estas parcerias são efetivadas com instituições de ensino formalizadas mediante Termo de Cooperação.

** Crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra: D = A-B-C.

*** Parte destes foi efetivamente pago e parte foi inscrito em restos a pagar (RAP). Em relação aos recursos do RAP, parte já havia sido processado em 2009 e parte ainda não havia sido processado.

Como pode ser verificado, a execução financeira para esta ação no ano de 2009 foi de 98,60%, ou seja, do crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra, no valor de R\$ 11.432.374,88, o montante total de R\$ 11.272.723,49 foi executado através de parcerias efetuadas mediante convênios com instituições de ensino públicas, no âmbito estadual e municipal, e instituições privadas sem fins lucrativos. Tal situação aponta para a excelente capacidade de alocação de recursos por parte do Incra para esta ação. De outro lado, verificamos que 53,06% do total de recursos disponível foi efetivamente pago (R\$ 6.066.996,35), acarretando em significativa inscrição de recursos em restos a pagar.

O limite de crédito para esta ação após o Decreto N° 6.808/08 foi de R\$ 15.771.061,89, sendo que destes, o montante total de R\$ 4.338.687,01 foi repassado por meio de destaque orçamentário para Universidades Federais (UFRPE, UFPB, UFPI, UFG, UFGD, UFRRJ e UFSC), para o Instituto Federal do Paraná, para Escola Agrotécnica Federal de Marabá/PA e para CNPq.

O motivo para o elevado contingenciamento verificado em relação a esta ação, que consumiu R\$ 26.126.538,11 (62,36% do orçamento original previsto na LOA), foi a limitação na execução dos recursos totais previstos para a

implantação de novas parcerias para a realização de cursos provocada pelo Acórdão TCU nº 2653/08 – Plenário, que determinou ao Incra que “ quanto ao instrumento a ser firmado com entidades que se encarregarão da execução dos cursos, em vez de convênios, valham-se de contratos, precedido de procedimento licitatório”.

Quanto ao Programa 1336: Brasil Quilombola, do Incra, a Ação 0859 contava com uma dotação inicial de R\$ 28.329.295,00 e uma meta prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA de indenizar 1.046.004 ha, resultando em um custo unitário da ordem de R\$ 27,00 por hectare. Constatata-se, inicialmente, que este valor é insuficiente para se indenizar tanto a terra nua como as benfeitorias existentes em um hectare ocupado em qualquer região do Brasil. Uma posição mais realista seria multiplicar este valor por pelo menos 20 vezes para se ter uma média ainda bem conservadora da realidade do mercado de terras do país.

Deste total de recursos foi gasto, ainda em janeiro de 2009, a quantia de R\$ 1.847.233,14 referente à indenização da área de 0,5529 ha. Esta área corresponde a terras particulares incidentes no Território Quilombola da Família Silva, localizado na zona urbana de Porto Alegre-RS. Um valor elevado para uma área pequena se

justifica pelo fato de que este é um quilombo urbano, localizado no bairro nobre de Três Figueiras, cujo valor da terra apresenta um dos metros quadrados mais caros da cidade de Porto Alegre.

No mês de maio de 2009, o Incra contingenciou todo o recurso ainda disponível para esta ação, no valor de R\$ 26.482.061,86. Isto decorreu da constatação das condições em que o programa se encontrava em relação à regularização de terras quilombolas, verificando ser impossível gastar tal recurso no ano de 2009. Ocorre que para a execução da ação aqui destacada, qual seja o pagamento de indenizações aos ocupantes não quilombolas inseridos nas respectivas áreas, é preciso que a área quilombola esteja previamente decretada enquanto "desapropriada por interesse social" e, ainda, que se cumpra uma série de condições posteriores à decretação tais como a avaliação das propriedades, abertura de ação judicial e depósito da quantia correspondente, o que demanda expressiva quantidade de tempo e trabalho.

Deste modo, o fato é que no ano de 2009 somente foi possível indenizar a área do Quilombo família Silva, uma vez que apenas esta área se encontrava legalmente desapropriada desde o ano anterior. De outro lado, em 2009 nenhum outro decreto foi editado no 1º semestre do ano, fato que teria possibilitado a indenização de alguma outra área.

Para corrigir tal problema, o principal esforço do Incra durante o ano de 2009 foi no sentido de decretar a desapropriação de outras áreas quilombolas em diversos

Estados da Federação. Como resultado deste esforço, foi assinado pelo Presidente da República 30 Decretos de Desapropriação, correspondendo a um total de 342.007,18 ha. No entanto, este fato ocorreu apenas em 20/11/2009 e a data avançada inviabilizou que se completassem ainda no mesmo ano as demais fases necessárias para efetivar a desapropriação e o consequente pagamento das indenizações correspondentes. Para 2010, esse problema foi solucionado com a decretação das mencionadas áreas e projeção de que a totalidade do recurso previsto na LOA seja utilizado.

Com relação ao Programa 0135: Assentamento para Trabalhadores Rurais, Ação 4460: Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, do total dos recursos orçamentários destinados para esta Ação, da ordem de R\$ 743.913.538,31 para execução da meta física de 720.117,0000 hectares, foram obtidos 513.764,4900 hectares, correspondendo a 71,34% da meta física programada. O contingenciamento de R\$ 206.641.025,00 (22% da dotação inicial), por força do Decreto 6.808, de 27 de março de 2009, contribuiu para que a execução financeira alcançasse 100%. Os recursos dessa ação foram destinados, em sua maior parte, 87%, para pagamento inicial das desapropriações e aquisições de imóveis rurais e para as complementações de indenização por acordo judicial, sendo que os 13% restantes foram destinados para pagamento de decisões judiciais referentes a ações de desapropriação ajuizadas em anos anteriores.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

AÇÕES PRIORITÁRIAS - LDO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	RP NÃO PROCESSADOS	VALORES PAGOS	%
6670 – PROMOÇÃO COMERCIAL DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	464.436,00	230.291,76	4.551,29	225.740,47	4.551,29	49,59%
2706 – FEIRAS E EVENTOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ARTESANAL (*)	9.635.000,00	624.990,00	523.950,00	101.040,00	523.950,00	6,49%
2710 – CAPACITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE (*)	9.030.983,00	2.017.789,00	6.581,18	2.011.207,63	6.581,18	22,34%
TOTAL	19.130.419,00	2.873.071,00	535.082,47	2.337.988,10	535.082,47	15,02%

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGPlan

(*) Execução das ações prioritárias abaixo da média de execução das ações não prioritárias - 26,12%.

Ação 2706 – Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal. De acordo com a Lei Orçamentária nº 11.897, de 30/12/2008, os recursos previstos para a referida ação seriam compostos da seguinte forma: (A) Projeto de Lei = R\$ 635.000,00 e (B) Emendas = R\$ 9.000.000,00. O Decreto nº 6.752, de 28/01/2009, liberou o valor de R\$ 635.000,00 (seiscientos e trinta e cinco mil reais) para a referida ação, o que possibilitou a realização de 9 (nove) feiras. Para a ação 2710 - Capacitação para Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio, de acordo com a Lei Orçamentária nº 11.897, de 30/12/2008, os recursos previstos para a referida ação seriam compostos da seguinte forma: (A) Projeto de Lei = R\$ 380.983,00 e (B) Emendas = R\$ 8.650.000,00. Tendo em vista o contingenciamento dos recursos para a ação, o valor do limite de empenho liberado para 2009 foi de R\$ 210.983,00 (duzentos e dez mil, novecentos e oitenta e três reais), conforme Decreto nº 6.752, de 28/01/2009. Com vistas ao cumprimento da meta física, as atividades de capacitação estão sendo realizadas por meio dos seguintes instrumentos:

- Termo de Cooperação nº 01/2008, firmado entre o MDIC e a Universidade de Brasília (UnB) em 30/12/2008;
- Convênio nº 35/2008 com o Instituto Nordeste de Cidadania – INEC; e
- Ações de capacitação em compras governamentais com o Ministério do Planejamento e SEBRAE.

Ministério do Esporte

R\$ 1,00

AÇÕES PRIORITÁRIAS - LDO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	RP NÃO PROCESSADOS	VALORES PAGOS	%
09HW - CONCESSÃO DE BOLSA A ATLETAS	40.400.000,00	40.400.000,00	9.973.018,22	24.536.081,78	9.973.018,22	100%
2352 - PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO POR COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - PINTANDO A CIDADANIA	13.465.265,00	12.873.801,09	10.800.605,07	0,00	10.800.605,07	96%
4377 - FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EDUCACIONAL	187.383.340,00	128.906.128,82	47.876.190,96	73.391.345,32	42.285.495,96	69%
5450 - IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER	931.099.336,00	612.589.252,54	913.700,00	732.543.625,45	913.700,00	66%
8766 - IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	14.000.000,00	3.100.000,00	0,00	6.328.453,39	0,00	22%
TOTAL	1.186.347.941,00	797.869.182,45	69.563.514,25	836.799.505,94	63.972.819,25	67%

Trata-se de ações constantes do Anexo I – Prioridades e Metas, da Lei no 11.768, de 14 de agosto de 2008 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 – LDO 2009, cuja execução orçamentária e financeira está representada no quadro anterior. A execução orçamentária dessas ações foi comprometida pela insuficiência de limite orçamentário que impossibilitou o empenho total das dotações autorizadas (lei + créditos), resultando em um montante de crédito não utilizado da ordem de R\$ 388,4 milhões. As exceções ficaram por conta das Ações 09HW - Concessão de Bolsa a Atletas e 2352 - Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania, cujos empenhos de suas dotações atingiram nível satisfatório. Ainda sobre as ações prioritárias, vale destacar que a ação 8766 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento, que é composta integralmente de recursos de investimento, teve percentual de execução de 22%, abaixo da média de execução das ações não prioritárias que atingiu 59%, fato que ocorreu principalmente em função das restrições orçamentárias para execução da programação do ME no decorrer do exercício, não obstante a liberação de expressivo limite orçamentário para investimento na data de 24/12/2009, para atendimento de emendas inseridas no orçamento deste Ministério, cuja utilização ficou parcialmente prejudicada em virtude do exíguo tempo para formalização dos atos necessários à execução dos créditos ainda no exercício de 2009.

Ministério do Meio Ambiente

AÇÕES PRIORITÁRIAS (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	CONTINGENC.(D)	DOTAÇÃO LÍQUIDA (E)	VALORES EMPENHADOS (F)	VALORES LIQUIDADOS (G)	RP NÃO PROCESSADOS (H)	VALORES PAGOS (I)	% (K) = F/C
4932 – FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS	3.221.951	148.068	3.073.883	3.073.883	3.073.883	43.674	284.307	95%
6074 – PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS E CONTROLE DE QUEIMADAS	19.500.000	1.406.389	18.093.611	18.093.611	18.093.611	4.943.669	8.559.227	93%
6307 – FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE DESMATAMENTO	66.160.826	24.139.737	42.021.089	42.021.089	42.021.089	10.640.377	37.476.541	64%
6329 – CONTROLE DE DESMATAMENTOS E INCÊNDIOS FLORESTAIS	24.380.000	549.769	23.830.231	23.830.231	23.830.231		23.789.260	98%
10TC – ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL	3.300.000	2.225.581	1.074.419	1.074.419	1.074.419		283.574	33%
2D12 – PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS CONCESSÕES FLORESTAIS	9.700.000	5.111.322	4.588.678	4.588.678	4.588.678	25.289	1.134.094	47%
8288 – RECUPERAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DE ÁREAS DEGRADADAS	2.561.509	1.229.304	1.332.205	1.332.205	1.332.205	78.293		52%
8289 – APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL	2.800.000	2.700.000	100.000	100.000	100.000			4%
2B07 – FOMENTO A PROJETOS DE CONSERVAÇÃO, USO E RECUPERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	10.915.535	4.214.675	6.700.860	6.700.860	6.700.860	2.154.725	5.093.158	61%
8906 – APOIO A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NAS ÁREAS SUSCEPTÍVIES À DESERTIFICAÇÃO	4.565.884	2.449.795	2.116.089	2.116.089	2.116.089	4.673	1.200.000	46%
2957 – FOMENTO A PROJETOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	3.141.008	251.675	2.889.333	2.889.333	2.889.333	111.387	85.386	92%
4928 – CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.000.000	878.863	121.137	121.137	121.137		121.137	12%
200I – APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	1.889.000	831.163	1.057.837	1.057.837	1.057.837	7.624		56%
20AO – APOIO A PROJETOS DE CONTROLE DA POLUIÇÃO POR RESÍDUOS EM BACIAS HIDROGRÁFICAS COM VULNERABILIDADE AMBIENTAL	200.000	200.000	0	0	0	370		0%
7H90 – RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	24.084.741	20.920.899	3.163.842	3.163.842	3.163.842			13%
8492 – APOIO A CRIAÇÃO E GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	9.993.962	183.104	9.810.858	9.810.858	9.810.858	17.682.955	4.937.697	98%
6925 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL	12.500.000	4.212.255	8.287.745	8.287.745	8.287.745	39.411	7.171.663	66%
6618 – MONITORAMENTO DAS MUDANÇAS AMBIENTAIS LOCAIS E GLOBAIS OBSERVADAS NA ANTÁRTICA	550.000	498.576	51.424	51.424	51.424		51.424	9%
TOTAL	200.464.416	72.151.175	128.313.241	128.313.241	128.313.241	35.732.446	90.187.468	64%

Obs: O percentual da execução das ações não prioritárias foi de 70%.

AÇÃO PRIORITÁRIA - LDO	U.O	DOTAÇÃO ATUAL	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	%
2004	47.101	7.991.390	7.364.515	7.364.515	7.364.515	92,15%
2004	47.210	79.560	79.560	46.855	46.855	100%
2004	47.205	15.747.769	15.699.209	15.699.209	15.699.209	99,69%
TOTAL		23.818.719	23.143.284	23.110.579	23.110.579	97,16%

- A despesa refere-se ao pagamento a servidores ativos, aposentados e pensionistas da Administração Direta e da Indireta (MP-ENAP-IBGE)
- Com base na Portaria nº 3/SRH/MP, de 30.07.2009, mais usuários tiveram direito ao resarcimento de valores pagos com planos de saúde.
- A Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (ação prioritária) apresenta percentual de empenho (97,16%) acima da média de execução das ações não prioritárias (79,90%).

Ministério do Trabalho e Emprego

em R\$1,00

AÇÕES	LOA+CRÉD.	PROVISÃO CONCEDIDA	EMPENHADO	LIQUIDAO	PAGO	%
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)=(C)/(B)
2688 - FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	3.600.000	1.220.229	1.215.209	1.199.618	1.199.618	99,59
TOTAL	3.600.000	1.220.229	1.215.209	1.199.618	1.199.618	99,59
4725 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES PARA O ACESSO E MANUTENÇÃO AO EMPREGO, TRABALHO E RENDA EM BASE SETORIAL - PLANSEQS	209.446.660	91.499.131	91.499.131	22.834.448	22.834.448	100,00
4728 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BASE TERRITORIAL - PLANTEQS	50.108.209	47.398.026	47.231.297	17.636.902	17.636.902	99,65
4733 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E OUTRAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE ALTA VULNERABILIDADE	3.000.000	-	-	-	-	-
6638 - CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE TRABALHADORES	1.000.000	-	-	-	-	-
TOTAL	263.554.869	138.897.157	138.730.428	40.471.350	40.471.350	99,88
2E00 - INSERÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO	300.000	119.808	119.669	119.445	119.445	99,88
TOTAL	300.000	119.808	119.669	119.445	119.445	99,88
2629 - FISCALIZAÇÃO PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	5.600.000	3.935.114	3.933.923	3.883.971	3.859.221	99,97
TOTAL	5.600.000	3.935.114	3.933.923	3.883.971	3.859.221	99,97
4737 - FOMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E REDES DE COOPERAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	1.914.130	1.913.410	1.913.410	3.037	3.037	100,00
4739 - ORGANIZAÇÃO NACIONAL DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	4.768.000	2.768.000	2.768.000	2.768.000	2.768.000	100,00
8078 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA POR MEIO DA ATUAÇÃO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO	8.200.000	7.635.129	7.635.129	2.891.491	2.091.491	100,00
TOTAL	14.882.130	12.316.539	12.316.539	5.662.528	4.862.528	100,00
8274 - FOMENTO PARA A ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESÍDUOS SÓLIDOS	8.100.000	-	-	-	-	-
TOTAL	8.100.000	-	-	-	-	-
0A26 - CONCESSÃO DE AUXILIO - FINANCEIRO	116.733.121	71.175.268	71.175.268	52.842.000	52.842.000	100,00
2A95 - ELEVAÇÃO DE ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - PROJOVEM URBANO E CAMPO	317.719.469	244.534.092	244.534.092	170.100.754	170.100.754	100,00
4789 - QUALIFICAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO JOVEM PARA O EMPREENDEDORISMO	10.709.361	-	-	-	-	-
TOTAL	445.161.951	315.709.360	315.709.360	222.942.754	222.942.754	100,00

Ministério dos Transportes

A VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A apresentou, em 2009, uma média de execução das ações não prioritárias de 43% e execução das ações prioritárias de 26%. Processos licitatórios de alguns trechos, assim como retenções cautelares, períodos chuvosos e problemas com licenciamento ambiental inviabilizaram uma maior execução no exercício. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT apresentou, em 2009, uma média de execução das ações não prioritárias de 22% e execução das ações prioritárias de 40%. Apesar da execução ter ficado acima da média, algumas ações prioritárias apresentaram percentual de execução abaixo do esperado. Diversos serviços foram executados dentro do cronograma estabelecido, mas o baixo consumo dos valores empenhados em 2009 ocorreu em razão de grande parte da execução ter sido realizada com recursos de restos a pagar. As obras com recursos disponibilizados ao final do exercício não tiveram tempo hábil para serem executadas. Outros fatores que impossibilitaram o melhor desempenho foram: projetos executivos em fase de elaboração, questões de licenciamento ambiental, contratos em fase de licitação, processos de desapropriação não concluídos.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A execução das ações não prioritárias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi relativamente alta, alcançando o índice de 92%. O quadro seguinte evidencia a execução orçamentaria das ações prioritárias, o que permite comparar sua execução com as demais ações do Ministério.

AÇÕES PRIORITÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	RP NÃO PROCESSADOS	VALORES PAGOS	%
0573	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL À PESSOA IDOSA	8.442.379.913	8.163.464.714	8.163.464.714	-	4.865.178.879	97%
0575	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	8.784.327.537	8.700.910.649	8.700.910.184	465	5.228.847.982	99%
2060	AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVÊNCIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO	278.977.593	257.996.000	257.996.000	-	257.154.000	92%
2383	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL E SUAS FAMÍLIAS	71.590.400	65.772.200	64.537.300	1.234.900	64.155.300	92%
2798	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR	624.324.625	488.396.631	445.973.572	42.423.060	435.925.816	78%
4963	PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA	85.083.007	39.085.959	26.569.000	12.516.959	9.564.079	46%
8442	TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004)	11.844.280.000	11.844.280.000	11.844.280.000	-	11.734.280.000	100%
8524	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	23.900.488	20.635.612	20.635.612	-	20.635.612	86%
8929	APOIO À INSTALAÇÃO DE RESTAURANTES E COZINHAS POPULARES	58.222.500	46.114.044	24.736.103	21.377.941	21.894.797	79%
8948	ACESSO A ÁGUA PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO	25.102.000	25.102.000	25.102.000	-	25.102.000	100%
11V1	CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA	114.825.093	57.367.814	54.572.728	2.795.086	54.572.728	50%
20B8	SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS	278.529.554	247.921.137	236.867.193	11.053.944	228.101.081	89%
2A60	SERVICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS	325.444.962	298.983.270	298.012.800	970.470	298.012.800	92%
2A69	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	154.733.627	142.814.599	142.803.939	10.660	141.343.843	92%
2B31	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	64.576.144	22.999.875	-	22.999.875	-	36%
TOTAL		31.176.297.443	30.421.844.503	30.306.461.144	115.383.359	23.384.768.916	98%

Execução das ações prioritárias abaixo da média de execução das ações não prioritárias

Fonte: CGPA/SPO/SE/MDS

Cabe comentar a execução de algumas ações prioritárias que possuem percentual de execução inferior ao das não prioritárias¹. A ação 2798 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, assim como a ação 8929 – Apoio à Instalação de Restaurantes e Cozinhas Populares pertencem ao Programa de Aquisição de Alimentos, que por sua vez é limitado por uma série de fatores que comprometem uma execução orçamentária mais robusta, como o descompasso entre a execução financeira e o calendário agrícola e ausência de um sistema informatizado para o monitoramento da execução físico-financeira e de elaboração de relatórios gerenciais. Com relação à ação 4963 – Promoção da Inclusão Produtiva, os projetos dos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Pará e Sergipe, bem como de algumas entidades sem fins lucrativos foram formalizados somente no final do exercício de 2009. Em relação à ação 2B31 – Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial, não houve tempo hábil para a execução após análise de mérito das propostas apresentadas à Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) , ainda que os empenhos de recursos tenham sido realizados dentro do prazo legalmente estabelecido. Dessa forma a execução física e financeira dos projetos está prevista para o próximo exercício.

Ministério das Cidades

Ação 11IO - Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN

Ao longo do exercício, a evolução dos empenhos acompanhou o andamento dos processos licitatórios previstos pela Superintendência de Natal. Em junho, atendendo a solicitação da Superintendência de Trens Urbanos de Natal, e com o apoio da Superintendência de Trens Urbanos de Maceió, foi autorizado o remanejamento de R\$ 20 mil do limite emergencial autorizado para Maceió em maio para atendimento de despesas emergenciais em Natal. Em 29 de dezembro foi editada a Lei n.º 12.181, que abriu um crédito de R\$ 23 milhões para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, sendo R\$ 2 milhões para o Sistema de Natal. Com a publicação desta Lei, o orçamento aprovado para a ação atingiu o valor de R\$ 6,5 milhões.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 6.500.000,00	R\$ 2.500.005,84	R\$ 272.430,23	R\$ 272.430,23	38 %

Fonte: Siafi Gerencial

¹ O Quadro da Execução das Metas não Prioritárias encontra-se nas informações adicionais.

4414 - Educação para a Cidadania no Trânsito

A suspensão do contrato de prestação de serviços de apoio logístico de eventos no mês de novembro impossibilitou a realização de atividades previstas para os meses de novembro e dezembro na ação. Outro fator que não permitiu a concretização da totalidade das atividades na ação foi a indisponibilidade de saldo no contrato de serviços gráficos que, por sua vez, inviabilizou a confecção de impressos educativos necessários à realização de capacitação de educadores previstos no Projeto de Educação Infantil e Ensino Fundamental que demandariam cerca de 50% dos recursos previstos na ação.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 14.900.000,00	R\$ 7.511.704,20	R\$ 7.511.704,20	R\$ 7.511.704,20	50 %

Fonte: Siafi Gerencial

8487 - Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito

Os recursos destinados para atender a realização de projetos não tiveram execução total em razão da intempestividade na aprovação do manual de recebimento de propostas e da falta de tempo hábil para análise de mais de 4 mil propostas cadastradas no SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, sendo que parte significativa delas não atendeu as especificações constantes do manual. Ademais, a ação se sujeita ao contingenciamento orçamentário disposto na Portaria Interministerial MP/MF nº 15/2009.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 251.500.000,00	R\$ 189.173.086,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	75 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 8866 – Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado)

A ação não foi executada na íntegra em função da não disponibilização dos recursos. O valor de R\$ 21,27 milhões foi bloqueado pelo controle interno, restando um limite para empenho no final do exercício no valor de R\$ 7,72 milhões, que foi empenhado em sua totalidade.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 29.000.000,00	R\$ 7.727.840,26	R\$ 35.027,00	R\$ 34.371,37	26 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 8874 - Assistência Técnica para o Planejamento Territorial e a Gestão Urbana Participativa

O recurso liberado para o apoio aos municípios na sistemática 2009 possibilitou o apoio a 11 municípios com contratos a serem executados em 2010, totalizando um valor global da ordem de R\$ 1,5 milhão. Além disso, foram empênhados recursos para convênio com o estado de Roraima, o qual beneficiará 11 municípios. Um fator complicador ao bom desempenho da ação foi o período de liberação do edital de seleção de propostas: a liberação da sistemática 2009 só foi autorizada no mês de dezembro, desta forma os municípios tiveram pouco tempo para fechar a contratação junto às agências da Caixa Econômica Federal. Até o momento apenas cinco municípios conseguiram fechar a contratação. A opção adotada para o exercício 2009 foi trabalhar com a capacitação de municípios para a implementação de instrumentos de planejamento e gestão urbana. Estas atividades só foram possíveis dadas as parcerias estabelecidas com Estados, Municípios, agências internacionais e outros Ministérios.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 4.760.000,00	3.847.976,48	617.111,32	617.111,32	80 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 10SB – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas

A ação teve dotação inicial de R\$ 25,90 milhões, dos quais R\$ 25,10 milhões foram cancelados, restando R\$ 800 mil de dotação autorizada para o exercício de 2009. No entanto, R\$ 306,9 milhões (R\$ 300 milhões do localizador nacional e R\$ 6,90 milhões da emenda parlamentar para Fortaleza) foram bloqueados pelo controle interno, restando somente parte da emenda parlamentar de Fortaleza, que foi empenhada, resultando na baixa execução da ação.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 800.000,00	R\$ 493.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	61 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 10SC - Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes

Sua finalidade é proporcionar à população o acesso ao abastecimento de água potável, visando o seu bem estar, a melhoria da saúde e o desenvolvimento econômico. Consiste no apoio a Estados e Municípios para aquisição de equipamentos, implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de abastecimento de água em municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE's), municípios com população superior a 50 mil habitantes ou que optaram pela constituição de consórcios públicos para prestação dos serviços, desde que sua área de abrangência reúna, pelo menos, 150 mil pessoas. Abrange iniciativas de captação, elevação, adução, reservação, tratamento, distribuição, ligações domiciliares e intradomiciliares, sistemas simplificados e soluções individuais, bem como fortalecimento social, fiscalização e avaliação. Apóia também iniciativas de abastecimento de água no âmbito de projetos de desenvolvimento econômico financiados ou apoiados pela União.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	ALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 504.888.207,00	R\$ 488.808.912,83	R\$ 188.785.956,86	R\$ 188.785.956,86	96 %

Fonte: Siafi Gerencial

Esta é uma das mais expressivas ações do PAC-Saneamento, concentrando grande quantidade do total dos empenhos realizados em saneamento no ano de 2009. Ao final do exercício havia 570 contratos em curso na esfera dessa ação, totalizando R\$ 8,27 bilhões em termos de valor de repasse. Destes, 15 foram efetivamente celebrados em 2009 num total de R\$ 326,88 milhões de repasse, tendo os outros 555 sido firmados em 2007 e 2008. Do total já contratado, 45 empreendimentos foram iniciados em 2009 com valor total de R\$ 381,29 milhões de repasse. Ao final do exercício havia 495 empreendimentos em andamento no valor total de R\$ 7,77 bilhões de repasse. Além disso, 18 obras foram concluídas naquele ano, representando o repasse total de R\$ 47,23 milhões.

Ação 10SJ – Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social

A ação Apoio a Provisão Habitacional de Interesse Social contou com a execução abaixo especificada:

10SJ	AUTORIZADA	EMPENHADA	%
INVESTIMENTO PAC	274.611.185,00	250.788.211,84	91%
INVESTIMENTO EMENDA	196.946.935,00	84.242.522,08	43%
CUSTEIO PAC	11.543.978,00	-	0%
TOTAL	483.102.098,00	335.030.733,92	69%

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades

A execução total do PAC Investimentos foi de 91%. O índice de 69% se deve ao fato de que as emendas parlamentares tiveram um empenho de apenas 43% do valor autorizado e o resultado da seleção, da Modalidade FNHIS Assistência Técnica será divulgado em 2010, o que explica o índice de 0% empenhado para o Custeio PAC.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 483.102.098,00	R\$ 335.030.733,92	R\$ 47.049.123,32	R\$ 47.049.123,32	69 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 10SR - Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano

A ação teve dotação inicial aprovada na Lei Orçamentária no valor de R\$ 2 milhões dos quais R\$ 1 milhão foi cancelado pela Lei nº 12.181, de 29 de dezembro de 2009. Foi disponibilizado em 19/12/2009 o valor de R\$ 1 milhão para atendimento a emendas parlamentares do orçamento. Entretanto, não houve possibilidade de efetiva transferência de recursos do Ministério das Cidades para a Caixa Econômica Federal – CEF pois o prazo limite estabelecido para a transferência foi 20/12/2009.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 10SS - Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano

Nesta ação, cerca de 72% dos créditos, R\$ 23,35 milhões, não foram disponibilizados no ano de 2009, o que justifica o baixo percentual de execução. Do saldo residual de R\$ 9,45 milhões, foram empenhados R\$ 3,65 milhões e a dotação referente aos R\$ 5,39 milhões restantes foi disponibilizada apenas em 19/12/2009 para atendimento a emendas parlamentares ao orçamento. Entretanto, não houve possibilidade de efetiva transferência desses recursos do Ministério das Cidades para a Caixa Econômica Federal – CEF pois o prazo limite estabelecido para a transferência era 20/12/2009. No Sigplan não foram preenchidos os campos de meta física em função da recente situação em convênio.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 32.400.000,00	R\$ 3.651.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	11 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 10ST – Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados

Para a dotação total de R\$ 34,85 milhões, cerca de 68% dos créditos não foram disponibilizados. Do restante, R\$ 10,97 milhões, o valor empenhado foi de R\$ 8,46 milhões. O saldo de R\$ 2,50 milhões teve a dotação disponibilizada em 19/12/2009 para atendimento a emendas parlamentares ao orçamento. Entretanto, não houve possibilidade de efetiva transferência desses recursos do Ministério das Cidades para a Caixa Econômica Federal – CEF pois o prazo limite estabelecido para a transferência era 20/12/2009.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 34.855.885,00	R\$ 8.468.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	24 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 10T2 - Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência

A ação teve dotação aprovada na Lei Orçamentária no valor de R\$ 5,9 milhões, dos quais R\$ 3,5 milhões foram cancelados pela Lei nº 12.181, de 29 de dezembro de 2009. A ação não foi executada na íntegra em função da não disponibilização dos recursos.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 2.400.000,00	R\$ 1.294.416,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	53 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 1D73 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

A justificativa para o não atingimento de um melhor desempenho nos empenhos de recursos está associada ao contingenciamento orçamentário promovido pelo Ministério da Fazenda. Os créditos orçamentários que não foram atingidos pelo contingenciamento foram empenhados e os respectivos contratos firmados pela Caixa Econômica Federal, salvo as situações em que a proposta apresentada pelo proponente não atendia aos requisitos mínimos necessários para enquadramento estabelecidos nos normativos do MCIDADES ou o proponente não atendeu às regras operacionais de inserção de propostas e, na sequência, de planos de trabalho no Sistema SICONV.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 1.981.443.974,00	R\$ 1.454.751.640,27	R\$ 17.920.157,50	R\$ 17.920.157,50	72 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 7H24 - Apoio à implantação da Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro – Trecho Rio de Janeiro - Niterói – São Gonçalo-RJ

Dotação inicial aprovada pela Lei Orçamentária de R\$ 65 milhões cancelada integralmente pelo Decreto de 11 de maio de 2009.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 7H25 - Apoio à Implantação da Linha 4 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Centro do Rio - Barra da Tijuca - RJ

Dotação inicial aprovada pela Lei Orçamentária de R\$ 35 milhões cancelada integralmente pelo Decreto de 11 de maio de 2009.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 7K08 – Apoio à Implantação de Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário do Rio de Janeiro (sistema T5) – Terminal da Alvorada da Barra da Tijuca ao Terminal da Penha/RJ

Os recursos não foram disponibilizados, ficando a integralidade dos créditos bloqueada.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 35.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 7L53 – Apoio à Implantação do Trecho Vitória-Serra do Sistema de Veículo Leve sobre Trilhos na Região Metropolitana de Vitória – ES

Os recursos não foram disponibilizados, ficando a integralidade dos créditos bloqueada.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 20.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 7L55 – Apoio à Implantação de Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte – MG

Dotação inicial aprovada pela Lei Orçamentária de R\$ 40 milhões cancelada no valor de R\$ 39.236.505,00 pelo Decreto de 11 de maio de 2009. O valor residual de R\$ 763.495,00 não foi disponibilizado, ficando a integralidade dos créditos bloqueada.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 763.495,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 7L64 - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre – RS

O fator decisivo para o início efetivo das obras contratadas ocorreu em fevereiro/2009 com a inclusão do empreendimento no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/METRÔ, que disponibilizou diretamente à obra uma dotação orçamentária de R\$ 250 milhões. A obra encontra-se em plena atividade. Sua execução física está desdobrada em cinco frentes de serviço correspondentes à implantação do elevado metroviário (9,30km), incluindo uma ponte na Travessia do Rio dos Sinos, e outra ponte no mesmo local, apenas rodoviária; acrescente-se ainda duas estações de passageiros (Rio dos Sinos e Liberdade) e o início das atividades relativas à contratação e execução dos sistemas operacionais.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R\$ 250.000.000,00	R\$ 250.000.000,00	R\$ 173.588.487,00	R\$ 171.717.314,70	100 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ministério da Pesca e Aquicultura

AÇÕES PRIORITÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	%
106R	APOIO A ADEQUACAO DE ACESSOS AQUAVIARIOS	3.150.000,00	1.627.520,00	52%
10B5	APOIO E IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA AQUICOLA E PESQUEIRA	86.377.794,00	62.909.166,07	73%
6948	APOIO AO FUNCIONAMENTO DE UNIDADES INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA PESQUEIRA(*)	25.616.107,00	9.896.909,89	39%

(*) Execução das ações prioritárias abaixo da média de execução das ações não prioritárias – 49,72%

Obs: O demonstrativo da execução das ações não prioritárias encontra-se nas informações adicionais.